

Informações trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

30 de junho de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão de
Informações Trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

Informações Trimestrais

30 de junho de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de Informações Trimestrais 1

Informações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às informações trimestrais.....	10

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 13 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-PA



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-PA

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.313	54.210
Investimentos de curto prazo	5	314.220	506.473
Contas a receber de clientes	6	960.834	807.309
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	49.480	204.441
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	72.637	70.200
Impostos sobre o lucro a recuperar	8.2	28.495	26.964
Contas a receber – Bandeiras tarifárias		64.486	-
Aquisição de combustível - conta CCC	9	219.383	236.701
Estoques		13.065	16.703
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	64.553
Serviços pedidos		92.253	65.426
Depósitos judiciais	18	721	595
Outros créditos a receber	12	47.564	52.962
		1.873.451	2.106.537
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	149.071	116.021
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	100.625	229.796
Instrumentos financeiros derivativos	30	116.043	232
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	57.089	60.985
Impostos sobre o lucro a recuperar	8.2	37.882	36.238
Depósitos judiciais	18	137.761	127.141
Ativo financeiro da concessão	10	1.293.633	909.817
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	11	69.244	113.255
Outros créditos a receber	12	61.604	53.847
Investimento		6.800	6.885
Intangível	13	2.267.325	2.283.638
		4.297.077	3.937.855
Total do ativo		6.170.528	6.044.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	14	667.212	828.442
Empréstimos e financiamentos	15	218.428	713.576
Folha de pagamento		31.293	43.960
Impostos e contribuições a recolher	16	155.232	172.391
Instrumentos financeiros derivativos	30	62.807	-
Partes relacionadas	19	286.886	225.019
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	52.153	55.017
Recuperação judicial	21	97.539	79.631
Outras contas a pagar	22	164.279	163.725
		1.735.829	2.281.761
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	958.459	1.536.608
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	186.503	184.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	136.522	-
Impostos e contribuições a recolher	16	64.222	76.330
Partes relacionadas	19	6.777	343.076
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	92.032	86.869
Recuperação judicial	21	907.983	256.230
Plano de aposentadoria e pensão		47.768	47.768
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	306.000
Outras contas a pagar	22	221.741	197.002
		2.622.007	3.034.194
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	1.521.740	924.524
Reservas de Reavaliação	23.2	184.643	211.401
Outros resultados abrangentes		(15.148)	(15.148)
Lucros (prejuízos) acumulados		121.457	(392.340)
		1.812.692	728.437
Total do passivo e patrimônio Líquido		6.170.528	6.044.392

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração dos resultados

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2014 à 30/06/2014
Receita operacional líquida	24	2.005.309	1.020.345	1.504.124	799.231
Custos de energia, construção e operação	25	(1.636.967)	(870.852)	(1.462.350)	(849.880)
Custo de energia elétrica e construção		(1.494.424)	(750.402)	(1.261.737)	(756.870)
Custo de construção		(324.410)	(144.461)	(306.036)	(181.175)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(56.008)	(31.309)	(38.269)	(19.090)
Energia elétrica comprada para revenda	26	(1.114.006)	(574.632)	(1.281.370)	(690.229)
Recuperação de custos de energia - CDE	26	-	-	363.938	133.624
Custo de operação		(142.543)	(120.450)	(200.613)	(93.010)
Depreciação e amortização		(42.098)	(44.860)	(75.406)	(40.888)
Material		(1.548)	(1.496)	(9.189)	(5.102)
Pessoal		(40.674)	(19.343)	(42.459)	(21.909)
Serviços de terceiros		(72.902)	(38.537)	(75.472)	(38.486)
Subvenção - CCC		10.277	4.453	9.521	16.401
Outros		4.402	(20.667)	(7.608)	(3.026)
Lucro operacional bruto		368.342	149.493	41.774	(50.649)
Despesas e receitas operacionais		(250.235)	(130.613)	(179.243)	(91.037)
Amortização		(6.070)	(3.093)	(4.091)	(2.030)
Despesa com pessoal de administradores		(4.610)	(2.311)	(4.125)	(2.021)
Despesas com vendas	25	(75.282)	(37.351)	(69.730)	(36.100)
Despesas administrativas	25	(52.574)	(22.830)	(55.850)	(31.752)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		(46.731)	(24.316)	(34.716)	(12.585)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		214	888	2.113	441
Outras despesas operacionais líquidas		(65.182)	(41.600)	(12.844)	(6.990)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CSSL		118.107	18.880	(137.469)	(141.686)
Resultado Financeiro	27	515.327	577.801	(89.543)	(63.504)
Despesas financeiras		(367.555)	(74.767)	(237.506)	(98.268)
Receitas financeiras		882.882	652.568	147.963	34.764
Resultado operacional		633.434	596.681	(227.012)	(205.190)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		633.434	596.681	(227.012)	(205.190)
Imposto de renda e contribuição social		(146.395)	(145.554)	-	8.943
Corrente	17	(9.873)	(9.032)	-	8.943
Contribuição social		(9.873)	(9.032)	-	2.369
Imposto de renda		(38.439)	(35.188)	-	6.574
Incentivo fiscais		38.439	35.188	-	-
Tributo diferido	17	(136.522)	(136.522)	-	-
Contribuição social		(36.138)	(36.138)	-	-
Imposto de renda		(100.384)	(100.384)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período		487.039	451.127	(227.012)	(196.247)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$	28	0,25534	0,23651	(0,11901)	(0,10288)
Quantidade de ações no final do período	28	1.907.449	1.907.449	1.907.449	1.907.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2014
Lucro líquido (prejuízo) do período	487.039	451.127	(227.012)	(196.247)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	487.039	451.127	(227.012)	(196.247)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$	0,25534	0,23651	(0,11901)	(0,10288)
Quantidade de ações no final do período	1.907.449	1.907.449	1.907.449	1.907.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	924.524	252.705	(4.291)	(778.861)	394.077
Prejuízo do período	-	-	-	(227.012)	(227.012)
Baixa da reserva de reavaliação	-	(6.062)	-	6.062	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(19.111)	-	19.111	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	8.559	-	(8.559)	-
Saldo em 30 de junho de 2014	924.524	236.091	(4.291)	(989.259)	167.065
Saldo em 01 de janeiro de 2015	924.524	211.401	(15.148)	(392.340)	728.437
Lucro líquido do período	-	-	-	487.039	487.039
Aumento de capital (Nota 23.1)	597.216	-	-	-	597.216
Baixa da reserva de reavaliação (nota 23.2)	-	(23.955)	-	23.955	-
Realização da reserva de reavaliação (nota 23.2)	-	(16.587)	-	16.587	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação (nota 23.2)	-	13.784	-	(13.784)	-
Saldo em 30 de junho de 2015	1.521.740	184.643	(15.148)	121.457	1.812.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	487.039	(227.012)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Ajuste a valor presente	(396.862)	2.223
Amortização	48.168	79.497
Amortização do custo de transação	974	3.999
Atualização e ajuste do VNR do ativo financeiro	(140.250)	(19.927)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	284.132	-
Despesas de juros	50.519	10.324
Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras	139.786	(7.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.522	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.873	-
Perda na venda de intangível / Imobilizado	19.474	14.765
Perdas cambiais instrumentos financeiros derivativos	(50.566)	4.519
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	46.731	30.703
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(214)	(6.573)
Rendimentos de aplicações financeiras	(20.351)	(12.387)
	<u>614.975</u>	<u>(127.761)</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Aquisição de combustível por conta CCC	17.318	(111.467)
Ativo financeiro de concessão	-	(130.250)
Contas a receber de clientes	(237.880)	(107.719)
Depósitos judiciais	(10.746)	30.319
Estoques	3.638	(8.168)
Impostos e contribuições a recuperar	1.459	(23.616)
Impostos sobre o lucro a recuperar	(3.175)	(10.999)
Recuperação de custos de energia e encargos	(64.486)	1.032
Serviços pedidos e outros	(26.827)	(26.055)
Sub-rogação da CCC	44.011	-
Outros créditos a receber	(2.359)	(18.883)
	<u>(279.047)</u>	<u>(405.806)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(161.230)	218.172
Impostos e contribuições a recolher	(39.140)	(49.231)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.406	-
Instrumentos financeiros e derivativos	-	18.871
Juros pagos	6.432	(8.108)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	(12.667)	(5.835)
Partes relacionadas	(565.937)	121.489
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	2.299	13.005
Taxa de iluminação pública	3.942	2.508
Taxas regulamentares a pagar	17.054	303
Outras contas a pagar	4.297	40.990
Total	<u>(742.544)</u>	<u>352.164</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(406.616)</u>	<u>(181.403)</u>
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais		
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(294.809)	(12.400)
Resgates/Aplicações financeiras	212.604	(87.910)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(82.205)</u>	<u>(100.310)</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	62.115	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(707.385)	(58.628)
Captação de empréstimos e financiamentos	551.290	211.700
Recuperação judicial	(43.528)	(44.698)
Recurso destinado para aumento de capital	582.432	256.000
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>444.924</u>	<u>364.374</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(43.897)</u>	<u>82.661</u>
Demonstração do aumento (redução) acréscimo no caixa e equivalentes a caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	54.210	109.294
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	10.313	191.955
Aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa	<u>(43.897)</u>	<u>82.661</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	2.505.013	1.716.948
Receitas de construção	324.410	306.036
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	214	2.113
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(46.731)	(50.456)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(65.182)	(12.531)
Outras despesas/receitas operacionais	(47)	(38)
	<u>2.717.677</u>	<u>1.962.072</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.494.424)	(1.261.737)
Subvenção - CCC	10.277	9.521
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(155.751)	(165.472)
	<u>(1.639.898)</u>	<u>(1.417.688)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.077.779</u>	<u>544.384</u>
Amortização	<u>(48.168)</u>	<u>(79.497)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>1.029.611</u>	<u>464.887</u>
Valor adicionado recebido em transferência	882.882	147.963
Receitas financeiras	882.882	147.963
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.912.493</u>	<u>612.850</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Benefícios	17.469	22.304
FGTS	4.742	4.706
Remuneração direta	25.564	34.582
Outros	25.303	14.243
	<u>73.078</u>	<u>75.835</u>
Tributos		
Federais	463.265	170.991
Estaduais	509.340	348.950
Municipais	862	2.323
	<u>973.467</u>	<u>522.264</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	11.354	4.257
Juros	54.755	94.609
Encargos com parte relacionada	29.360	1.366
Outras despesas financeiras	283.440	141.531
	<u>378.909</u>	<u>241.763</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido (prejuízo) no período	487.039	(227.012)
	<u>487.039</u>	<u>(227.012)</u>
Valor adicionado	<u>1.912.493</u>	<u>612.850</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém - PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.241.054 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 33% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em cerca de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

Fim da recuperação judicial

Em 01 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram -se quando forem integralmente liquidadas.

Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S.A., ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até a próxima revisão tarifária, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 de outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A ANEEL no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade.

No dia 10 de março de 2015 a Companhia recebeu através do despacho nº 583, o valor de R\$ 5,034 mil referente à liquidação de janeiro de 2015, e o despacho nº 820 o valor de R\$ 15,593 referente a liquidação de fevereiro de 2015, referente a recurso da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCBRT).

A CELPA, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativadas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 11 MW: Santana do Araguaia.	26,350	22,390	28/07/1998	28/07/2028

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, descritas na Nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2015.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 13 de agosto de 2015.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	5.089	12.495
Equivalentes de caixa	5.224	41.715
Total	10.313	54.210

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 95,94% do CDI (98,81% em 31 de dezembro de 2014) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
CDB	5.224	10.728
Debêntures compromissadas	-	30.987
Total	5.224	41.715

5. Investimentos de curto prazo

Modalidade	30/06/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos (a)	289.642	503.941
CDB	11.273	-
Debêntures compromissadas	10.728	-
Outros	2.577	2.532
Total	314.220	506.473

Para este período findo em 30 de junho de 2015, houve uma redução nos saldos dos investimentos de curto prazo, a qual é decorrente dos desembolsos de caixa realizados nos investimentos em CAPEX da Companhia e no pagamento de nota promissória do empréstimo ponte do BNDES.

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreadas em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2014), classificados como mantidos para negociação.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes

	30/06/2015	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	752.153	679.203
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	198.127	128.321
Parcelamentos de débitos	401.020	315.071
Parcelamentos de débitos - ajuste a valor presente	(18.865)	(14.291)
Baixa renda	20.632	27.936
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	105.909	66.946
Total	1.465.364	1.209.574
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(355.459)	(286.244)
Total de contas a receber de clientes	1.109.905	923.330
Total circulante	960.834	807.309
Total não circulante	149.071	116.021

(a) Receitas auferidas através da prestação de serviços aos consumidores, mas ainda não faturados.

A variação positiva de R\$ 255.790 é resultante, substancialmente, pelo aumento das tarifas de energia elétrica provocado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, pela aplicação da Bandeira Tarifária vermelha, conforme descrito na nota 3 e pelo ingresso de 57.749 novos clientes.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2014	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/06/2015
Contas a receber de consumidores faturados	251.605	51.868	(4.967)	298.506
Parcelamento	34.639	23.216	(902)	56.953
Total	286.244	75.084	(5.869)	355.459

	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	163.022	(156.803)	251.605
Parcelamento	49.312	37.133	(51.806)	34.639
Total	294.698	200.155	(208.609)	286.244

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo:

- Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD;
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

30/06/2015				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	113.929	118.971	166.054	398.954
Industrial	53.186	21.361	49.554	124.101
Comercial	69.322	30.029	37.317	136.668
Rural	5.746	6.569	21.363	33.678
Poder público	5.615	21.873	3.885	31.373
Iluminação pública	2.063	3.515	1.570	7.148
Serviço público	610	15.721	3.900	20.231
Fornecimento faturado	250.471	218.039	283.643	752.153

31/12/2014				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	112.823	122.796	119.613	355.232
Industrial	52.991	15.123	46.259	114.373
Comercial	64.029	34.727	30.188	128.944
Rural	4.584	7.513	17.677	29.774
Poder público	5.668	24.915	2.206	32.789
Iluminação pública	1.644	1.356	1.579	4.579
Serviço público	591	10.110	2.811	13.512
Fornecimento faturado	242.330	216.540	220.333	679.203

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Os saldos vencidos e a vencer relativos aos parcelamentos estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2015			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	196.514	14.222	35.344	246.080
Industrial	20.181	1.611	11.765	33.557
Comercial	32.644	2.858	11.982	47.484
Rural	9.906	814	2.434	13.154
Poder público	24.403	998	3.443	28.844
Iluminação pública	4.206	131	480	4.817
Serviço público	3.314	58	79	3.451
Serviço taxado - novação	5.123	371	509	6.003
Outros créditos - novação	2.597	234	908	3.739
Novação	-	3.457	10.434	13.891
Total do parcelamento	298.888	24.754	77.378	401.020

	31/12/2014			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	144.311	10.436	25.946	180.693
Industrial	14.608	1.310	10.455	26.373
Comercial	26.735	3.617	7.301	37.653
Rural	6.889	621	1.798	9.308
Poder público	25.187	857	3.313	29.357
Iluminação pública	6.124	206	403	6.733
Serviço público	6.985	149	56	7.190
Serviço taxado - novação	3.724	272	263	4.259
Outros créditos - novação	2.190	285	586	3.061
Novação	-	2.545	7.899	10.444
Total do parcelamento	236.753	20.298	58.020	315.071

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

30/06/2015			
	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>			
CDE -Conta de desenvolvimento energético	120	21.689	21.809
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	161	946	1.107
Rede básica	1.406	12.222	13.628
Compra energia	36.343	178.051	214.394
ESS-Encargos do serviço do sistema	(3.714)	(192.117)	(195.831)
Total da parcela A	34.316	20.791	55.107
<i>Itens financeiros</i>			
Garantia financeira	94	558	652
Sobrecontratação energia	15.790	61.834	77.624
Exposição financeira	(1.440)	17.269	15.829
Eletronuclear	2.870	-	2.870
Neutralidade	(2.150)	-	(2.150)
Outros	-	173	173
Total de itens financeiros	15.164	79.834	94.998
Total geral	49.480	100.625	150.105

31/12/2014			
	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>			
CDE - Conta de desenvolvimento energético	432	942	1.374
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	605	37	642
Rede básica	4.678	8.409	13.087
Compra energia	120.020	222.038	342.058
PIS/CONFINS	36.766	-	36.766
ESS- Encargos do serviço do sistema	(12.414)	(115.650)	(128.064)
Total da parcela A	150.087	115.776	265.863
<i>Itens financeiros</i>			
Garantia financeira	335	267	602
Sobrecontratação energia	56.600	114.523	171.123
Exposição financeira	(5.162)	(1.103)	(6.265)
Diferencial eletronuclear	10.287	-	10.287
Neutralidade	(7.706)	-	(7.706)
Outros	-	333	333
Total de itens financeiros	54.354	114.020	168.374
Total geral	204.441	229.796	434.237

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

A partir do segundo semestre de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2014	Constituição	Atualização	Amortizações	30/06/2015
Parcela A					
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.374	20.389	376	(330)	21.809
Proinfa- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	642	875	58	(468)	1.107
Rede básica	13.087	3.248	753	(3.460)	13.628
Compra energia (a)	342.058	(55.812)	16.656	(88.508)	214.394
PIS/CONFINS	36.766	-	-	(36.766)	-
ESS- encargos do serviço do sistema	(128.064)	(68.025)	(8.945)	9.203	(195.831)
Total da parcela A	265.863	(99.325)	8.898	(120.329)	55.107
Itens financeiros					
Garantia financeira	602	291	-	(241)	652
Sobrecontratação energia (b)	171.123	(55.486)	2.796	(40.809)	77.624
Exposição financeira 2014 (c)	(6.265)	17.613	758	3.723	15.829
Eletrownuclear	10.287	-	-	(7.417)	2.870
Neutralidade (d)	(7.706)	-	-	5.556	(2.150)
Outros	333	60	-	(220)	173
Total de itens financeiros	168.374	(37.522)	3.554	(39.408)	94.998
Total geral	434.237	(136.847)	12.452	(159.737)	150.105

(a) A Portaria Interministerial dos Ministérios do Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(b) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

- (c) Conforme dispõe o art. 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

8. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

8.1 Impostos e contribuições a recuperar

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	32.430	31.133
INSS	646	646
PAEX a recuperar	39.436	38.267
ISS	125	154
Total	72.637	70.200
Não circulante		
ICMS	54.882	58.812
FINSOCIAL	2.207	2.173
Total	57.089	60.985

8.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	17.893	8.950
IRPJ/CSLL a restituir (a)	10.602	18.014
Total	28.495	26.964
Não circulante		
IRPJ/CSLL a restituir (a)	37.882	36.238
Total	37.882	36.238

- (a) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF,CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano calendário 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei 11.941/2009.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém em 30 de junho de 2015 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 219.383 (R\$ 236.701 em 31 de dezembro de 2014).

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	1.807.408	(513.775)	1.293.633	1.370.962	(461.145)	909.817

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2014	Atualização do ativo financeiro (a)	Ajuste VNR (c)	Capitalização	Baixas	30/06/2015
Ativo financeiro	1.370.962	68.513	34.457	338.738	(5.262)	1.807.408
Obrigações especiais (b)	(461.145)	(22.294)	59.574	(89.910)	-	(513.775)
Total	909.817	46.219	94.031	248.828	(5.262)	1.293.633

	31/12/2013	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	31/12/2014
Ativo financeiro	906.438	38.431	426.093	1.370.962
Obrigações especiais (b)	(305.894)	(13.399)	(141.852)	(461.145)
Total	600.544	25.032	284.241	909.817

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Ativo financeiro da concessão--Continuação

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

(c) Ajuste VNR

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referente ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441 de 29 de julho de 2015.

11. Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 07 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional - SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$465.198 para Interligação da ilha do Marajó e R\$ 22.374 para interligação dos municípios isolados Oriximiná e Óbidos ao Sistema Interligado Nacional – SIN, correspondente a 100% do montante aprovado.

Para a interligação da Ilha do Marajó o benefício foi dividido em duas fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$280.538, já para a interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado de sub-rogação é de R\$ 22.374.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Sub-rogação da CCC--Continuação

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Até 30 de junho de 2015, já foram aplicados pela Companhia, relativos a 1ª e 2ª fase, o total R\$ 201.066 (R\$ 211.500 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015, o valor do investimento reconhecido e aplicado para a sub-rogação foi repassado à Companhia o total de R\$ 131.822 (R\$ 98.245 em 31 de dezembro de 2014), ficando um saldo a receber de R\$ 69.244 (113.255 em 31 de dezembro de 2014) .

11.1. Sub-rogação - CCC - rateio benefício

	31/12/2014	Transferências para obras	Parcela recebida	Adições	Atualização IGP-M/IPCA	30/06/2015
Valores a receber	113.255	(52.374)	(33.577)	-	41.940	69.244
Valores a aplicar	253.698	52.374	-	22.374	-	328.446
Valores recebidos	98.245	-	33.577	-	-	131.822
Total	465.198	-	-	22.374	41.940	529.512

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11.Sub-rogação da CCC -- Continuação

11.1. Sub-rogação - CCC - rateio benefício -- Continuação

Obra	Valor aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	2.791	9.598	2.791
LT Parada do Bento/Portel	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	48.460	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Curralinho	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí - Vila	6.094	6.873	6.094
SE Cametá	8.133	9.000	8.133
SE Portel	10.965	15.525	10.965
SE Breves	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	2.667	1.998	1.998
SE Curralinho	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	10.093	11.413	10.093
Subtotal - 1ª fase	218.005	184.660	169.449
LT Cachoeira do Arari/Anajás	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	754	31.332	754
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	-	15.340	-
LT Salvaterra / Soure	-	2.098	-
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	-	15.340	-
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	-	3.390	-
Travesia subfluvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	13.899	41.530	13.899
LT Cachoeira do Arari/Chaves	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	-	8.660	-
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	-	21.278	-
SE Anajás	-	2.448	-
SE Afuá	-	2.648	-
SE Chaves	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	6.913	12.820	6.913
SE Santa Cruz do Arari	-	2.644	-
SE Salvaterra	-	11.656	-
SE Soure	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	10.051	12.970	10.051
SE Muaná	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	-	6.107	-
SE Vila do Conde	-	530	-
SE Breves	-	1.502	-
Subtotal - 2ª fase	31.617	280.538	31.617
Parcelas recebidas	-	-	(131.822)
Atualização IGPM/IPCA	-	41.940	-
Sub-Rogação Oriximiná e Óbidos	-	22.374	-
Total	249.622	529.512	69.244

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Outros créditos a receber

	30/06/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	6.326	-	5.702	-
Alienação de bens e direitos	1.866	-	1.814	-
Caução em garantia (a)	-	45.456	-	37.699
Créditos em ressascimento de energia	9.754	-	9.987	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.300	-	3.286	-
Despesas pagas antecipadamente	4.085	-	3.776	-
Valores a liberar (b)	-	16.140	-	16.140
Valores a recuperar de empregados	899	-	802	-
Outros créditos a receber (c)	21.334	8	27.595	8
Total	47.564	61.604	52.962	53.847

- (a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal destes empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (b) Refere-se ao saldo do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- (c) Dos valores de outras contas a receber, R\$ 21.334, tem-se como principal composição o financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2015			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,32%	4.753.370	(1.745.196)	(665.388) 2.342.786
Em curso		443.295	-	(518.756) (75.461)
Total		5.196.665	(1.745.196)	(1.184.144) 2.267.325

	31/12/2014			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,18%	4.448.549	(1.697.099)	(769.906) 1.981.544
Em curso		848.829	-	(546.735) 302.094
Total		5.297.378	(1.697.099)	(1.316.641) 2.283.638

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Intangível--Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Capitalização (a)	30/06/2015
Em Serviço	4.448.549	-	(91.984)	396.805	4.753.370
(-) Amortização	(1.697.099)	(102.871)	54.774	-	(1.745.196)
Total em serviço	2.751.450	(102.871)	(37.210)	396.805	3.008.174
Em curso	848.829	372.008	(41.999)	(735.543)	443.295
Total	3.600.279	269.137	(79.209)	(338.738)	3.451.469
Obrigações especiais (b)	(1.583.914)	(77.199)	64.997	89.910	(1.506.206)
(-) Amortização	267.273	54.789	-	-	322.062
Total em obrigações especiais	(1.316.641)	(22.410)	64.997	89.910	(1.184.144)
Total geral	2.283.638	246.727	(14.212)	(248.828)	2.267.325

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2014
Em Serviço	3.915.948	-	(94.104)	626.705	4.448.549
(-) Amortização	(1.546.337)	(222.562)	71.800	-	(1.697.099)
Total em serviço	2.369.611	(222.562)	(22.304)	626.705	2.751.450
Em curso	1.041.429	919.120	(58.922)	(1.052.798)	848.829
Total	3.411.040	696.558	(81.226)	(426.093)	3.600.279
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(428.632)	49.325	141.852	(1.583.914)
(-) Amortização	226.384	51.755	(10.866)	-	267.273
Total em obrigações especiais	(1.120.075)	(376.877)	38.459	141.852	(1.316.641)
Total geral	2.290.965	319.681	(42.767)	(284.241)	2.283.638

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

(b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Intangível--Continuação

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/06/2015	31/12/2014
Obras em andamento	300.616	694.951
Materiais em depósito	88.999	105.579
Adiantamento a fornecedores	53.680	48.299
Total	443.295	848.829

O intangível em curso teve essa redução em consequência da capitalização de obras em curso que passou a situação de em serviço e cujas prazo médio de construção gira em torno de 12 a 18 meses tendo a sua conclusão concentrada no primeiro trimestre de 2015, a qual resultou em 41% do total das mesmas.

14. Fornecedores

	30/06/2015	31/12/2014
Aquisição de combustível	157.595	174.377
Encargos de uso da rede elétrica	3.892	4.242
Materiais e serviços	149.174	245.842
Retenção contratual de fornecedores	8.509	4.682
Suprimento de energia elétrica	348.042	399.299
Total	667.212	828.442

As principais variações do período decorrem de pagamentos na aquisição de combustível em razão dos repasses da conta CCC efetuados pela Eletrobrás, na aquisição de Materiais e serviços devidos sobretudo à redução da atividade de investimentos e em Suprimentos de energia elétrica em razão da redução do preço de aquisição no mercado spot.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2015			
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	55.221	63.275
FINAME	10,32%	644	2	646
Giro IBM 11,7 MM	11,82%	4.323	3.622	7.945
Giro IBM 10 MM	12,95%	3.550	4.966	8.516
Guanabara	13,32%	2.054	4.733	6.787
Giro IBM 22,9 MM	12,07%	8.532	12.495	21.027
BNDES	7,99%	66.973	334.501	401.474
Sub-total	8,24%	94.130	415.540	509.670
(-) Custo de transação	-	(106)	(752)	(858)
Total moeda nacional	8,25%	94.024	414.788	508.812
Moeda estrangeira:				
Tesouro nacional	5,68%	2.365	56.692	59.057
CCBI Itaú (b)	2,34%	1.534	215.564	217.098
CCBI Citibank (b)	5,50%	78.839	271.415	350.254
Operação Santander (b)	2,84%	43.199	-	43.199
Subtotal	4,32%	125.937	543.671	669.608
(-) Custo de transação	-	(1.533)	-	(1.533)
Total moeda estrangeira	4,33%	124.404	543.671	668.075
Total geral	6,03%	218.428	958.459	1.176.887

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

31/12/2014				
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	59.249	67.303
FINAME	9,35%	834	272	1.106
Leasing	13,56%	28	-	28
Giro IBM	10,62%	4.194	5.293	9.487
Crédito RJ (a)	5,54%	-	866.877	866.877
Giro NPS Itaú	11,58%	120.685	-	120.685
Giro IBM	11,75%	3.060	6.424	9.484
Guanabara	12,12%	2.052	5.747	7.799
IBM	10,73%	6.572	16.328	22.900
BNDES	7,53%	33.243	350.590	383.833
Sub-total	6,79%	178.722	1.310.780	1.489.502
(-) Custo de transação	-	(112)	(897)	(1.009)
Total moeda nacional	6,79%	178.610	1.309.883	1.488.493
Moeda estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	178.890	178.890
Tesouro nacional	5,55%	2.302	48.535	50.837
CCBI Itaú (b)	3,10%	233.516	-	233.516
CCBI Citibank (b)	4,78%	204.244	-	204.244
CCBI Citibank (b)	2,37%	96.561	-	96.561
Subtotal	4,13%	536.623	227.425	764.048
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(700)	(2.357)
Total moeda estrangeira	4,14%	534.966	226.725	761.691
Total geral	5,89%	713.576	1.536.608	2.250.184

Em 30 de junho de 2015, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.176.887 (R\$ 1.204.417 em 31 de dezembro de 2014), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$ 218.428 de curto prazo e R\$ 958.459 de longo prazo (R\$ 713.756 de curto prazo e R\$ 490.841 de longo prazo em 31 de dezembro de 2014) a um custo médio de 6,03% a.a, equivalente a 50,99% do CDI (5,89% a.a, equivalente a 54,47% do CDI, em 31 de dezembro de 2014).

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais

Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou em alongamento significativo da dívida com reduzida correção.
- (b) Estas operações possuem *swap* de câmbio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, *hedge* das operações.

Em 30 de junho de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	218.428	18,6%	713.576	31,7%
2016	267.466	22,7%	89.394	4,0%
2017	329.292	28,0%	87.645	3,9%
2018	112.561	9,6%	79.950	3,6%
2019	73.327	6,2%	-	-
Após 2019	176.565	15,0%	1.281.216	56,9%
Total	959.211	81,5%	1.538.205	68,4%
Custo de captação (não circulante)	(752)	-0,1%	(1.597)	-0,1%
Não circulante	958.459	81,4%	1.536.608	68,3%
Total	1.176.887	100%	2.250.184	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	17.677	40.000	493.613	551.290
Encargos	18.055	2.550	6.701	-	27.306
Variação monetária e cambial	152	6.166	16.749	77.218	100.285
Capitalização de Juros	-	-	-	-	-
Transferências de principal	54.755	(54.755)	75.695	(75.695)	-
Pagamentos de baixas de principal	(142.851)	-	(542.751)	-	(685.602)
Pagamentos de baixas de juros	(14.703)	-	(7.080)	-	(21.783)
Transferências de transação	(144)	144	(700)	700	-
Apropriação de custo de transação	150	-	824	-	974
Saldo em 30 de junho de 2015	94.024	414.788	124.404	543.671	1.176.887

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310
Ingressos	320.000	436.114	80.000	-	836.114
Encargos	19.737	2.053	13.085	-	34.875
Variação monetária e cambial	-	7.255	69.725	26.288	103.268
Capitalização de juros	5	40.226	-	8.088	48.319
Transferências de principal	100.788	(100.788)	381.729	(381.729)	-
Pagamentos de baixas de principal	(253.521)	(20.083)	(1.006)	-	(274.610)
Pagamentos de baixas de juros	(17.349)	-	(11.182)	-	(28.531)
Custo de transação	-	(897)	-	-	(897)
Transferência partes relacionadas (a)	-	(7.724)	-	-	(7.724)
Transferências de transação	(721)	721	(3.457)	3.457	-
Apropriação de custo de transação	1.603	-	3.457	-	5.060
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184

(a) Refere-se à transferência da dívida do Banco Guanabara RJ cedidas a Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 19).

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Acompanhamento dos covenants financeiros dos empréstimos e financiamentos

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 01 de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Até 30 de junho de 2015 os covenants financeiros repactuados ou estabelecidos em novos financiamentos têm seu acompanhamento efetuado mensalmente e a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS (a)	81.416	84.351
ICMS parcelamento (b)	31.307	29.625
Contribuição social sobre lucro	9.873	9.014
Encargos sociais e outros	6.725	6.668
PIS/COFINS	20.243	36.390
Outros (c)	5.668	6.343
Total	155.232	172.391
Não circulante		
ICMS parcelamento (b)	44.563	57.750
Outros (c)	19.659	18.580
Total	64.222	76.330

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

- (a) Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de junho de 2015, com vencimento em 10 de julho de 2015;
- (b) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017;
- (c) Os valores demonstrados no circulante referem-se a débitos correntes de ISS e os valores do não circulante são originários de PIS e COFINS a Recolher que foram compensados com créditos de DIPJ 2004 e tiveram sua PERDCOMP não homologadas através dos despachos n.º 932677225 e 932677217, os referidos despachos encontram-se com recurso voluntário na forma art.73 do Decreto 7.574/2011.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

17.1. Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- a) Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos:

	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(42.894)	133.271
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(93.628)	(107.413)
Provisão para realização	-	(25.858)
Total	(136.522)	-

- b) A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
AVP- ajuste a valor presente	(131.411)	3.522
Contingências	63.411	62.666
Depreciação acelerada	(8.612)	(8.612)
PCLD	120.858	97.325
Provisão fundo de pensão	16.242	12.551
Swap	(23.721)	(6.528)
VNR	(52.882)	(8.511)
Outras	(26.779)	(19.142)
Total	(42.894)	133.271

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos -- Continuação

17.1. Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 30 de junho de 2015, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$200.669 (R\$236.838 em 2014), não possuem prazo de prescrição.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de junho de 2015 e 2014, é demonstrada como segue:

	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	633.434	633.434	(227.012)	(227.012)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	158.359	57.009	-	-
Adições :				
Provisão para contingências	46.626	16.785	64.806	23.330
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.304	6.229	7.739	2.786
Ajuste a valor presente	23.642	8.511		
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	-	-	18.014	6.485
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	10.136	3.649	6.293	2.266
Provisão Fundo de pensão	11.942	4.299	6.383	2.298
Outras despesas não dedutíveis	17.300	6.229	11.556	4.160
Total	126.950	45.702	114.791	41.325
Exclusões:				
Reversões de provisões	(67.947)	(24.461)	(72.895)	(26.242)
Ajuste a valor presente	(122.857)	(44.229)	-	-
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	-	-	(18.807)	(6.770)
Outras	(55.338)	(19.917)	(985)	(355)
Total	(246.142)	(88.607)	(92.687)	(33.367)
IRPJ e CSLL	39.167	14.104	22.104	7.958
Compensação base negativa de CSLL	-	(4.231)	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(728)	-	(22.104)	(7.958)
IRPJ e CSLL no resultado do período	38.439	9.873	-	-
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	6,07%	1,56%	0,00%	0,00%
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	(18.806)	(6.767)	-	-
Ativo fiscal diferido	119.190	42.905	22.104	7.958
(+) IRPJ Subvenção governamental	(38.439)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	100.384	46.011	22.104	7.958
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	15,85%	7,26%	-9,74%	-3,51%

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

17.1. Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	89.086	(102.815)	(13.729)	84.057	(94.880)	(10.823)
Regulatórias	1.800	-	1.800	8.336	-	8.336
Trabalhistas	95.617	(35.667)	59.950	91.918	(32.856)	59.062
	186.503	(138.482)	48.021	184.311	(127.736)	56.575
Circulante	-	(721)	(721)	-	(595)	(595)
Não circulante	186.503	(137.761)	48.742	184.311	(127.141)	57.170
Total	186.503	(138.482)	48.021	184.311	(127.736)	56.575

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 66.957 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Reversão	Atualização	Saldo final
Cíveis	84.057	4.129	(3.795)	4.695	89.086
Regulatórias	8.336	-	(6.947)	411	1.800
Trabalhistas	91.918	1.666	(2.214)	4.247	95.617
Total	184.311	5.795	(12.956)	9.353	186.503

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

	31/12/2013		31/12/2014		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Reversão	Atualização	Saldo final
Cíveis	59.726	23.683	(12.427)	13.075	84.057
Fiscais	80	-	(80)	-	-
Regulatórias (a)	127.389	3.203	(122.358)	102	8.336
Trabalhistas	78.603	4.757	(8.744)	17.302	91.918
Total	265.798	31.643	(143.609)	30.479	184.311

(a) Do valor das reversões, R\$ 39.540 foram parceladas no âmbito da Lei 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$ 20.044 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$ 21.801 referente ajuste de processos e de cálculo da Selic, R\$ 2.067 decorrente pagamento de processo e R\$ 38.906 referentes aos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs (conforme despacho nº 2.913, de 18 de setembro de 2012, que homologou o plano de transição da CELPA), uma vez que, os mesmos passaram a ser controlados por conta específica de obrigações especial.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 8.440 processos cíveis, sendo que 6.325 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras intermediárias findas em 30 de Junho de 2015 contemplam provisão de R\$ 89.086 (R\$ 84.057 em 31 de dezembro de 2014).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 378.241 (R\$ 516.122 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 90 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.182 (R\$16.180 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível.

Regulatórias

A Companhia possui 01 processo de infração em tramitação na ANEEL , no valor de R\$ 1,5 milhões. Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$ 38,9 milhões em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.599 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam duas ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 12 (doze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$ 6.400 e R\$ 46.092.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias findas em 30 de Junho de 2015 contemplam provisão de R\$ 95.617 (R\$ 91.918 em 31 de dezembro de 2014).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 58.370 (R\$ 38.382 em 31 de dezembro de 2014) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Natureza da operação	Vencimento	30/06/2015		31/12/2014	30/06/2014
			Passivo	Receita/despesa	Passivo	Receita/despesa
Equatorial energia (controladora)	Cessão de créditos (a)	31/08/2026	191.314	(16.524)	466.006	(20.123)
	Mútuo (b)	02/05/2016	102.349	6.692	102.089	(1.787)
	AFAC (c)		-		306.000	-
			293.663		874.095	-
Circulante			286.886		225.019	-
Não circulante			6.777		649.076	-

(a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. Em 16 de junho de 2015, a Equatorial integralizou o montante de R\$291.216 do crédito cedido pelo BNDES. Em 30 de junho de 2015, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu o AVP de R\$6.144 utilizando como taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia (Saldo em 30 de junho 2015, R\$6.144).

(b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 02 de maio de 2016, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.

(c) Aporte para Futuro Aumento de Capital: refere-se a saldo de aportes realizados pelo Controlador derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL, de aportar recursos novos no montante de R\$ 700.000 até dezembro de 2014. Obrigação plenamente cumprida em 04 de abril de 2014 e totalmente integralizado no segundo trimestre de 2015.

Remuneração de pessoal - chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$ 12.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2015:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	0%

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e diretoria paga pela Companhia no período:

30/06/2015	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	7	8	15
Remuneração fixa anual	186	1.516	1.702
Salário ou pró-labore	186	1.380	1.566
Benefícios diretos e indiretos	-	136	136
Benefícios pós-emprego	-	53	53
Valor total da remuneração por órgão	186	1.569	1.755

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	%DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	30/06/2015
Banco Interamericano de Desenvolvimento (R.J)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	214.430
Banco Itaú (Capital de Giro CCB)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	0
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	0
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB)	80.000	100	23/07/2014	23/04/2015	80.000	0
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	7.945
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	8.516
Banco Itaú (Notas Promissórias)	200.000	100	17/06/2014	14/12/2014	200.000	0
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	6.787
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	21.027
Banco Itaú (3ª emissão Notas Promissórias)	120.000	100	15/12/2014	14/01/2015	120.000	0
BNDES (Financiamento)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	401.474
Banco Itaú (Capital de Giro CCB)- US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	217.098
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB) - US\$ 112MM	293.613	100	02/02/2015	02/02/2018	293.613	350.253
Banco Santander	40.000	100	02/03/2015	25/02/2016	40.000	43.199
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347-94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941-85.2011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial 12901-3432011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.709	100	13/06/2015	13/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	31	100	17/10/2014	17/10/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	33.120	100	09/09/2014	09/09/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão 006/2014 - 20ª LEE)	461	100	18/11/2014	18/11/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/P)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/P)	78	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000071-15.2015.5.08.0006 6ª Vara do Trabalho de Belém)	21.614	100	10/03/2015	10/03/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3ª LFA))	283	100	15/04/2015	31/12/2015	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Exceção Fiscal de Parauapeba)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Total	2.150.408				1.889.572	1.270.729

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	30/06/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo nacional desenv.científico tecnológico -FNDCT	949	-	947	-
Ministério de minas e energia – MME	471	-	199	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	19.424	30.079	16.780	28.392
Programa de eficiência energética - PEE	31.309	61.953	37.091	58.477
Total	52.153	92.032	55.017	86.869

21. Recuperação judicial

	30/06/2015	31/12/2014
Credores financeiros	1.108.483	-
Credores operacionais (a)	242.810	279.577
Encargos setoriais (b)	65.786	74.437
Intragrupos (c)	67.437	65.549
(-) Ajuste a valor presente (d)	(478.994)	(83.702)
Total	1.005.522	335.861
Circulante	97.539	79.631
Não circulante	907.983	256.230

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extra concursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 01 de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela CIA., sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembléia Geral de credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Desta forma, após análises feita pela CIA, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Com base neste contexto, a companhia procedeu a realização de ajuste a valor presente, no valor de R\$ 401.436, sendo R\$ 404.983 de empréstimos e financiamentos, R\$6.145 de partes relacionadas e R\$ (9.692) de credores operacionais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC - 12.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22. Outras contas a pagar

	30/06/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores(a)	23.396	-	35.266	-
ANEEL - Autos de Infração (b)	12.849	32.831	7.762	35.668
Convênios de arrecadação	2.070	-	2.079	-
Créditos tributários - CCC (c)	-	184.084	-	158.237
Encargos tarifários	1.230	-	1.228	-
Entidades seguradoras	202	-	202	-
Multas regulatórias (d)	43.944	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	15.509	-	11.567	-
Taxas regulamentares	17.722	-	668	-
Outras contas a pagar (e)	47.357	4.826	61.009	3.097
Total	164.279	221.741	163.725	197.002

(a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.

(b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

(c) Refere-se a créditos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa Nº 427/11.

(d) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do processo 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial.

(e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$47.357, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial e R\$39.339 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2015 é de R\$ 1.521.740 (R\$924.524 em 31 de dezembro de 2014), representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe "A"; 1.085.373 preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 preferenciais Classe "C", cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais						Total	%
			A	%	B	%	C	%		
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Eletrobrás	20.664.721	1,09%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	1,15%
Outros	48.235.279	2,53%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	51.030.827	2,67%
Total	1.902.996.369	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	1.907.449.807	100,00%

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 16 de junho de 2015, foi aprovado aumento no capital social da Companhia de R\$ 597.216 mediante: (i) capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, que somam R\$ 306.000, e; (ii) aos créditos detidos pela Equatorial Energia S.A. em face da Companhia, no valor total atualizado de R\$ 291.216, oriundos de Cessão Particular de Crédito entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Equatorial Energia S.A.

O capital social da Companhia passa de R\$ 924.524 para R\$ 1.521.740 mediante a emissão privada de 301.624.200 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,98 por ação, valor correspondente à média das cotações dos últimos 30 dias anteriores a 16 de junho de 2015, data da reunião do Conselho de Administração que aprovou tal aumento.

23.2. Reserva de reavaliação

	30/06/2015	31/12/2014
Reserva de reavaliação	184.643	211.401

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.2. Reserva de reavaliação--Continuação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2014	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	30/06/2015
Reserva de reavaliação	320.304	(16.587)	-	(23.955)	279.762
Encargo tributário	(108.903)	-	13.784	-	(95.119)
Total	211.401	(16.587)	13.784	(23.955)	184.643

24. Receita operacional

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	30/06/2015			30/06/2014		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.931.883	1.559.386	1.002.627	1.805.802	1.578.383	723.743
Industrial	4.000	635.198	315.464	4.003	643.214	216.427
Comercial	163.502	824.777	572.158	157.585	820.103	402.440
Rural	120.663	94.592	47.161	118.171	98.095	34.294
Poder público	18.389	228.394	149.021	17.911	227.932	107.568
Iluminação pública	449	209.720	85.483	446	186.815	54.690
Serviço público	1.873	119.920	50.297	1.834	121.915	34.933
Consumo próprio	295	16.320	-	266	15.911	-
Receita pela disponibilidade - uso da Rede	-	-	12.493	-	-	11.419
Subvenção CDE - outros	-	-	29.352	-	-	-
Baixa renda	-	-	68.580	-	-	79.841
Transf. p/ obrigações especiais - ultrapassagem de demanda /excedente de reativos	-	-	(16.828)	-	-	-
Suprimento CCEE	-	-	9.812	-	-	35.825
Receita de construção	-	-	324.410	-	-	306.036
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	200.703	-	-	-
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)	-	-	-
Outras	-	-	15.457	-	-	15.768
Total	2.241.054	3.688.307	2.829.424	2.106.018	3.692.368	2.022.984

A partir do segundo semestre de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme descrito na nota 7.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Receita operacional--Continuação

Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/06/2015	30/06/2014
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	2.467.252	1.640.783
Receita operacional	2.281.398	1.598.207
Remuneração financeira WACC	21.917	42.576
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	200.703	-
PIS e CONFINS sobre parcela A	(36.766)	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	12.493	11.419
Suprimento de energia elétrica	9.812	35.825
Receita de construção (a)	324.410	306.036
Outras receitas	15.457	28.921
Total da receita bruta operacional	2.829.424	2.022.984
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(509.289)	(348.835)
PIS e COFINS	(228.362)	(153.738)
ISS	(366)	(1.907)
Pesquisa e desenvolvimento P & D	(2.552)	(2.196)
Programa de eficiência energética - EPE	(1.276)	(1.098)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(73.339)	(3.400)
Estudo de eficiência energética - PEE	(6.379)	(5.490)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(2.552)	(2.196)
Deduções à receita operacional	(824.115)	(518.860)
Receita operacional líquida	2.005.309	1.504.124

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	30/06/2015			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(40.674)	(12.242)	(15.552)	(68.468)
Material	(1.548)	(875)	(538)	(2.961)
Serviço de terceiros	(72.902)	(62.533)	(23.676)	(159.111)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(2.459)	-	-	(2.459)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.114.006)	-	-	(1.114.006)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(56.008)	-	-	(56.008)
Custo de construção	(324.410)	-	-	(324.410)
Depreciação amortização	(42.098)	-	-	(42.098)
Arrendamentos e aluguéis	(9.139)	(259)	(1.956)	(11.354)
Subvenção - CCC	10.277	-	-	10.277
Recuperação de despesas	-	13.807	-	13.807
Outros	16.000	(13.180)	(10.852)	(8.032)
Total	(1.636.967)	(75.282)	(52.574)	(1.764.823)

Custos/despesas operacionais	30/06/2014			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(42.459)	(12.021)	(18.660)	(73.140)
Material	(9.189)	(662)	(598)	(10.449)
Serviço de terceiros	(75.472)	(58.187)	(25.410)	(159.069)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(2.598)	-	-	(2.598)
Energia elétrica comprada para revenda	(917.432)	-	-	(917.432)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(38.269)	-	-	(38.269)
Custo de construção	(306.036)	-	-	(306.036)
Depreciação amortização	(75.406)	-	-	(75.406)
Arrendamentos e aluguéis	(4.661)	-	(1.349)	(6.010)
Subvenção - CCC	9.521	-	-	9.521
Recuperação de despesas	-	7.097	23	7.120
Outros	(349)	(5.957)	(9.856)	(16.162)
Total	(1.462.350)	(69.730)	(55.850)	(1.587.930)

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Contratos cotas de garantias	771.114	768.216	(44.490)	(71.663)
Contratos Eletronuclear	-	-	(31.338)	-
Encargo de energia de reserva	-	-	-	(1.818)
Energia bilateral	55.350	55.350	(23.088)	(21.856)
Energia de curto prazo – CCEE (a)	394.951	303.193	(423.519)	(675.220)
Energia de leilão	1.411.469	1.585.152	(680.567)	(528.085)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	47.203	40.241	(22.295)	(21.545)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	111.291	38.817
(-) Recuperação custo de energia	-	-	-	363.938
Total	2.680.087	2.752.152	(1.114.006)	(917.432)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

No período de 2015 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- a) a No segundo trimestre de 2015 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores:
 - (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo o valor médio neste trimestre de 2015 ficou em R\$ 292 por MWh; (ii) A exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin, referente ao 6º e 7º leilão de energia nova.
- b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. Resultado financeiro

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia (a)	64.156	26.530
Ajuste de valor presente RJ (b)	401.436	968
Atualização do ativo financeiro da concessão	46.219	19.927
Ajuste do VNR do ativo financeiro (c)	94.031	-
Atualização CDE (d)	24.752	-
Atualização subrogação CCC (e)	41.941	-
Descontos obtidos	5.994	4.697
Juros ativos	3.075	4.633
Juros ativos CVA (f)	22.467	-
Operação de derivativos	50.566	3.941
Outras receitas	13	11.580
Rendas financeiras	20.351	15.392
Variações monetárias	107.881	60.295
Total das receitas financeiras	882.882	147.963
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente parcelamentos	(4.574)	(2.223)
Atualização de contingências	(9.353)	-
Encargos com parte relacionada	(29.360)	(1.366)
Encargos de dívidas	(42.069)	(62.922)
Juros, multas e atualizações s/operações com energia	(3.643)	-
Juros passivos	(12.686)	(23.018)
Juros passivos CVA (f)	(10.015)	-
Multa moratória e compensatória	-	(4.269)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	-	(34.020)
Multas regulatórias	-	(988)
Operação de derivativos	-	(41.418)
Outras despesas	(19.035)	(32.635)
Variações cambiais (g)	(236.820)	(34.647)
Total das despesas financeiras	(367.555)	(237.506)
Resultado financeiro	515.327	(89.543)

- a) A variação apresentada decorre substancialmente do crescimento do Contas a receber de parcelamento, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta um crescimento de 71,10%, bem como o aumento dos pagamentos efetuados com atraso com a apresentação do reaviso de cobrança.
- b) Vide item (d) da nota 21. Recuperação judicial.
- c) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441 de 29 de julho de 2015.
- d) Refere-se a atualização pelo IPC-A das parcelas recebidas com atraso da conta de desenvolvimento energético devido- CDE.
- e) Refere-se a atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de subrogação CCC conforme previsto na Resolução Normativa Nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011, data da primeira habilitação e atualização pelo IPC-A das parcelas recebidas com atraso sendo R\$33.145 e R\$8.796 respectivamente.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. Resultado financeiro--Continuação

- f) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- g) A principal variação da conta se refere a variação cambial no montante aproximado de R\$150.000 derivado principalmente da alta dólar de 17% no 1º semestre de 2015 contra queda de -6% no 1º semestre de 2014.

28. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o lucro/ (prejuízo) por ação básico e diluído.

30/06/2015					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido (prejuízo) do período	485.902	553	277	307	487.039
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Lucro (prejuízo) diluído por ação	0,25534	0,25519	0,25530	0,25562	0,25534

30/06/2014					
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido (prejuízo) do período	(226.482)	(258)	(129)	(143)	(227.012)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)	(0,11901)

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Entidade de previdência privada

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência e FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinadas, constituídas como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, esse valor corresponde a R\$1.618 (R\$4.775 em 31 de dezembro de 2014).

Através da Portaria Nº 247, de 07 de maio de 2015 e Portaria Nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Entidade de previdência privada--Continuação

- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.
- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 03 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios Celpa OP e Celpa R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios Celpa OP e Celpa R estarão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios Celpa BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-Doença
- Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Pecúlio por Morte
- Abono Anual

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. - CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia. Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios Celpa-OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (contribuição variável), onde o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios "R", aonde estão os chamados benefícios de risco (Doença; Invalidez e Pensão por Morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando o pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer depósitos esporádicos a qualquer momento.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda Mensal Vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda Mensal Financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por Invalidez ou Morte

30. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações gerais--Continuação

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b) Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

c) Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de Junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificados a seguir:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.313	10.313	54.210	54.210
Investimentos de curto prazo	314.220	314.220	560.683	560.683
Contas a receber de clientes	1.109.905	1.109.905	923.330	923.330
Depósitos judiciais	138.482	138.482	127.736	127.736
Ativo financeiro da concessão	1.293.633	1.293.633	909.817	909.817
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	69.244	69.244	113.255	113.255
Instrumentos financeiros derivativos	116.043	116.043	64.785	64.785
Passivos financeiros				
Fornecedores	667.212	667.212	828.442	828.442
Empréstimos e financiamentos	1.176.887	1.176.887	2.250.184	2.250.184
Partes relacionadas	293.663	293.663	568.095	568.095
Instrumentos financeiros derivativos	62.807	62.807	-	-

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 16.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

Riscos de mercado - Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, que em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.

Risco cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 38,6%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2015 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	USD	(124.198)	(344.824)	(565.451)	96.428	317.054
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/06/2015	+25%	+50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		3,10	3,88	4,65	2,33	1,55

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	Vencimento	30/06/2015	31/12/2014
SWAP EQUATORIAL				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	-	31.991
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	-	(3.684)
TOTAL			-	28.307
SWAP ITAÚ – 200,0MM – Nov-13				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	-	29.285
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	-	(3.816)
TOTAL			-	25.469
SWAP CITIBANK – 175MM – Nov-13				
Ponta ativa	US\$	23/04/2015	-	16.684
Ponta passiva	CDI	23/04/2015	-	(5.675)
TOTAL			-	11.009
SWAP SWAP ITAÚ – 200,0MM – Fev-15				
Ponta ativa	US\$	24/02/2017	17.773	-
Ponta passiva	CDI	24/02/2017	(14.391)	-
TOTAL			3.382	-
SWAP CITIBANK – 293MM – Fev-15				
Ponta ativa	US\$	02/02/2018	62.986	-
Ponta passiva	CDI	02/02/2018	(14.756)	-
TOTAL			48.230	-
SWAP SANTANDER–40MM				
Ponta ativa	US\$	28/02/2016	3.771	-
Ponta passiva	CDI	28/02/2016	(2.147)	-
TOTAL			1.624	-
Total geral			53.236	64.785
Passivo circulante			(62.807)	-
Ativo não circulante			116.043	64.785

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de vencimento antecipado - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2015 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros					R\$ Mil	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	9.485	11.856	14.228	7.114	4.743
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(45.785)	(81.622)	(117.459)	(9.948)	25.889
	TJLP	(34)	(42)	(50)	(26)	(18)
	IGPM	(4.971)	(7.719)	(10.467)	(2.224)	524
Referência para ativos e passivos financeiros						
CDI (% acumulado ano)		11,82	14,78	17,73	8,87	5,91
TJLP (% acumulado ano)		6,00	7,50	9,00	4,50	3,00
IGP-M (% acumulado ano)		5,59	6,99	8,39	4,19	2,80
IPCA (% acumulado ano)		8,89	11,12	13,34	6,67	4,45

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do período (lucro / prejuízo)	Patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(61.528)	(37.305)
Cenário III	(94.489)	(62.438)
Cenário IV	4.395	(4.171)
Cenário V	37.357	36.620

Risco de escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / *EBITDA*
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
contratada	2011a 2042	1.197.971	1.689.866	1.905.156	2.243.208	2.511.160	2.367.189	59.038.166

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

32. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

33. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras intermediárias, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	30/12/2015	7.000
Riscos operacionais	30/12/2015	346.721
Automóvel (a)	31/12/2015	-
Seguro garantia judicial (b)	-	168.659
Seguro garantia de leilão (c)	-	1.258

(a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.

(b) Apólices vencendo de dez/2013 a jan/2020.

(c) Apólices vencendo de out/2015 a abr/2016.

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Eventos subsequentes

a) Revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) através da Resolução Homologatória nº 1.930/2015, de 04 de agosto de 2015, homologou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Celpa para o período 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Também foi definido em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da Celpa em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

b) Aumento de capital

Em 31 de julho de 2015, após o exercício do direito de preferência e rodada de sobras por parte dos acionistas da Companhia, a nova composição acionária passa a ser conforme o quadro abaixo:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais							
			A	%	B	%	C	%	Total	%
Equatorial Energia	2.131.276.838	96,67%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	0,94%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	0,99%
Outros	52.679.010	2,39%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	2.209.074.007	100,00%

Centrais Elétricas do Pará S.A

Notas explicativas às informações trimestrais -- Continuação
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Eventos subsequentes--Continuação

c) Renegociação Partes Relacionadas

Em 31 de julho de 2015, a Companhia negociou a prorrogação do vencimento do contrato de mútuo celebrado junto à Equatorial, transferindo R\$100.000 do circulante para o não circulante. Do mesmo modo, foram prorrogados os vencimentos referentes aos Créditos RJ adquiridos pela Equatorial, resultando na transferência de R\$186.917 do circulante para o não circulante.

d) Ingressos

Em 12 de agosto de 2015, a Companhia realizou a contratação de um empréstimo no valor de R\$85.000 com vencimento para o 3º trimestre de 2016, sendo classificado no passivo circulante, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.

Conselho de Administração

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal Efetivos

Paulo Roberto Franceschi

Sérgio Passos Ribeiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Mauro Chaves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC PA 5.989/0-8

Belém, 13 de agosto de 2015 - As Centras Elétricas do Pará S/A (CELPA), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Pará, anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre (2T15) e primeiro semestre de 2015 (1S15). As informações não financeiras da CELPA, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

INDICADORES DE QUALIDADE DEC E FEC MELHORAM 21,1% E 15,6%. EBITDA REGULATÓRIO RECORRENTE DO TRIMESTRE ATINGE R\$ 103 MILHÕES.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia distribuída pela CELPA caiu 5,3% neste trimestre, atingindo 1.793 GWh. A energia faturada no mercado cativo apresentou queda de 5,0%.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 27,7% no 2T15, atingindo R\$ 1.020 milhões, em virtude do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios no trimestre, o que não ocorria no 2T14.
- ▶ O EBITDA Regulatório Reportado atingiu R\$ 108 milhões, já o EBITDA Regulatório Ajustado do 2T15 atingiu R\$ 103 milhões, crescimento de 4,5% em relação ao valor apresentado no 2T14.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório Ajustado no 2T15 foi de R\$ 65 milhões, versus lucro de R\$ 20 milhões no 2T14.
- ▶ Os Investimentos da CELPA (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$ 85 milhões no 2T15, queda de 43,2% em relação aos investimentos realizados no 2T14.
- ▶ No 2T15, os índices de DEC e FEC da CELPA (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 44,7 horas e 26,6 vezes, melhoras de 21,1% e 15,6%, respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do 2T14.
- ▶ As perdas totais de energia dos últimos 12 meses encerrados no 2T15 representaram 31,8% da energia requerida, representando aumento de 1,0 p.p. em relação aos 30,8% verificados no 1T15.
- ▶ No 2T15, foi realizado Ajuste a Valor Presente sobre a dívida de longo prazo reestruturada no processo de Recuperação Judicial da Celpa, impactando o resultado financeiro do trimestre em R\$ 401 milhões.
- ▶ Em junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital da companhia através de capitalização de créditos no valor total de R\$ 597 milhões.
- ▶ Em agosto de 2015, foi homologado pela ANEEL o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Celpa.

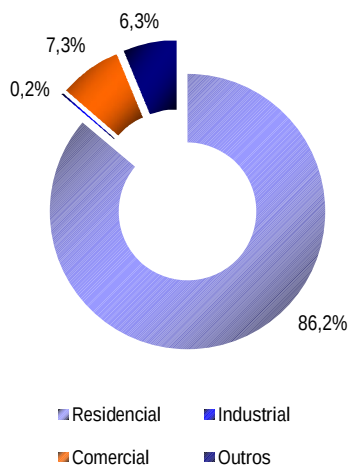
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	799	985	1.020	27,7%	1.504	2.005	33,3%
EBITDA	(92)	123	108	-218,1%	(45)	231	-612,9%
Margem EBITDA (%ROL)	-11,5%	12,5%	10,6%	22,1 p.p.	-3,0%	11,5%	14,5 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	138	723	923	N/A	138	923	N/A
EBITDA Regulatório	140	123	108	N/A	250	231	N/A
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	339	548	516	N/A	339	516	N/A
Resultado Operacional	(205)	37	597	-390,8%	(227)	633	-379,0%
Margem Operacional (%ROL)	-25,7%	3,7%	58,5%	84,1 p.p.	-15,1%	31,6%	46,6 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(196)	36	451	-329,9%	(227)	487	-314,5%
Margem Líquida (%ROL)	-24,6%	3,6%	44,2%	68,7 p.p.	-15,1%	24,3%	39,3 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	(0,10)	0,02	0,24	-329,9%	(0,12)	0,26	-314,5%
Investimentos CELPA (Ex. PLPT)	149	196	85	-43,2%	250	280	12,1%
Investimentos Diretos PLPT	43	47	45	5,2%	74	92	23,7%
Dívida Líquida	650	1.619	1.096	68,5%	650	1.096	68,5%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	1,9 x	3 x	2,1 x	N/A	1,9 x	2,1 x	N/A

DADOS OPERACIONAIS	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.886.330	1.879.320	1.792.667	-5,0%	3.676.457	3.671.988	-0,1%
Nº de Consumidores	2.105.752	2.213.216	2.240.759	6,4%	2.105.752	2.240.759	6,4%

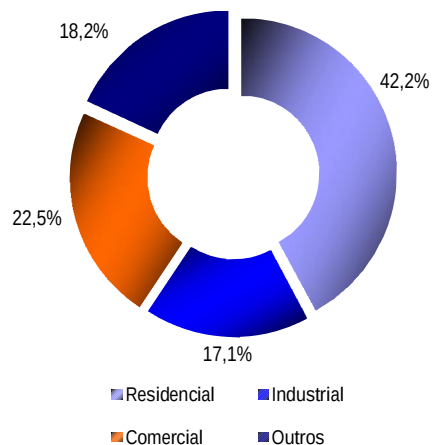
2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ

2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 2T15



Energia Vendida (% por Classe) – 2T15



No 2T15, as vendas de energia para o mercado cativo caíram 5,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.793 GWh. Tal queda pode ser explicada principalmente pelo cenário econômico adverso que enfrentamos atualmente, com reflexo no consumo das principais classes de clientes, e também pelo incremento no patamar de perdas de energia (vide seção 2.3 Perdas na Distribuição de Energia).

CLASSE DE CONSUMO(MWh)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Residencial	811.033	803.747	755.640	-6,8%	1.578.383	1.559.387	-1,2%
Industrial	326.518	327.927	307.271	-5,9%	643.214	635.198	-1,2%
Comercial	421.382	420.934	403.843	-4,2%	820.103	824.777	0,6%
Outros	327.397	326.713	325.913	-0,5%	634.757	652.626	2,8%
TOTAL (Cativo)*	1.886.330	1.879.320	1.792.667	-5,0%	3.676.457	3.671.988	-0,1%
Consumidores Livres	92.915	88.036	82.250	-11,5%	182.977	170.287	-6,9%
TOTAL (Cativo + Livres)	1.979.245	1.967.357	1.874.918	-5,3%	3.859.434	3.842.274	-0,4%

(*) Não inclui consumo próprio

No 2T15, a carga da CELPA apresentou crescimento de 0,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional e da região Norte variaram -2,2% e 0,2%, respectivamente.

GWh	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Carga Brasil (*)	130.608	140.735	127.707	-2,2%	274.009	268.442	-2,0%
Carga Norte (*)	11.157	10.866	11.179	0,2%	22.371	22.045	-1,5%
Carga CELPA (*)	2.894	2.804	2.910	0,5%	5.641	5.713	1,3%

(*) Dados referente ao Sistema Interligado NacionalFonte: ONS e CELPA

2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CELPA alcançou 2.910 GWh no 2T15, apresentando crescimento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre caiu 5,0% em relação ao 2T14.

Bal. Energético (MWh)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Energia Vendida (Cativo + Cons. Próprio)	1.894.709	1.887.694	1.800.613	-5,0%	3.692.368	3.688.307	-0,1%
Mercado Livre	92.915	88.036	82.250	-11,5%	182.977	170.287	-6,9%
Perdas Totais	906.654	827.996	1.026.807	13,3%	1.765.273	1.854.803	5,1%
Energia Requerida	2.894.278	2.803.727	2.909.670	0,5%	5.640.618	5.713.397	1,3%
Geração Própria	113.355	113.601	102.636	-9,5%	220.114	216.237	-1,8%
Compra de Energia	2.780.923	2.690.126	2.807.034	0,9%	5.420.504	5.497.160	1,4%

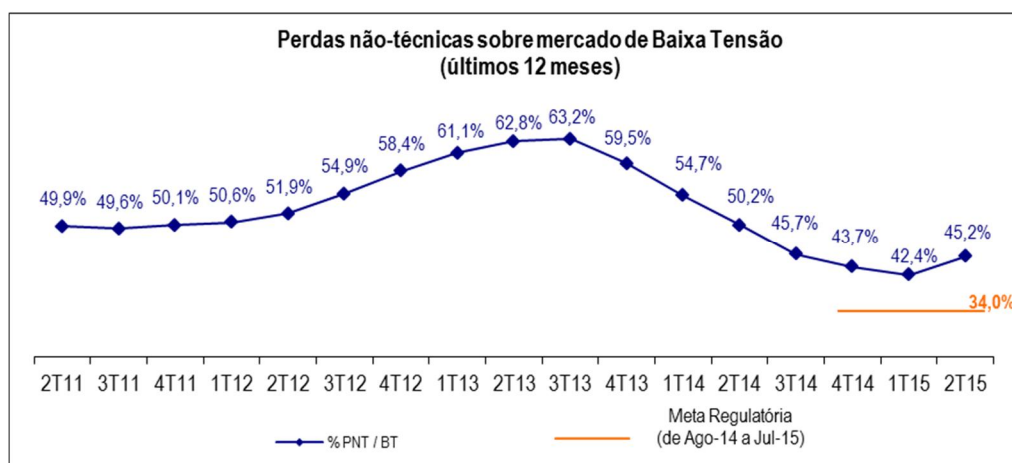
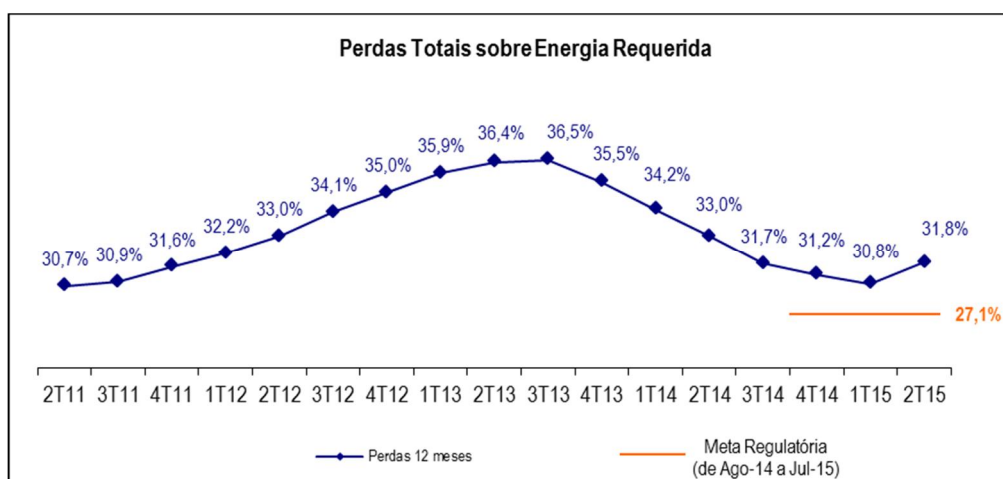
(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e merc. livre.

2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 2T15 representaram 31,8% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 45,2%.

Após seis trimestres consecutivos de queda no nível de perdas de energia (últimos 12 meses), observamos aumento de 1,0 ponto percentual no 2T15 no quesito perdas totais sobre energia requerida. O aumento no percentual de perdas neste trimestre pode ser atribuído a três fatores principais: (i) queda do mercado faturado no 2T15 por conta da desaceleração econômica, especialmente no segmento industrial que costuma apresentar índices de perdas de energia abaixo da média de outros segmentos, (ii) no final do 1T15, houve uma reformulação na gerência de perdas da Companhia naturalmente levando a um período de transição em alguns dos procedimentos adotados pela área no 2T15, e; (iii) maior resistência às ações de combate às perdas em um cenário econômico adverso.

Entendemos ser natural certa oscilação nessa trajetória de redução e por isso revisamos constantemente nosso Plano de Combate para otimizar as ações de maior eficácia. Acreditamos que, com a reformulação dos processos e das ações de combate implementadas e em fase de implementação no próximo trimestre, será possível retornarmos a uma trajetória de redução deste patamar nos próximos trimestres.



2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 2T15, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 44,7 horas, que comparado às 56,7 horas do final do 2T14, representou redução de 21,1%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 26,6 vezes, representando redução de 15,6% em relação ao índice do fechamento do 2T14.



2.5. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 2T15, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$224 por MWh, representando queda de 3,9% em relação ao 2T14. A redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA*	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	363	389	387	6,8%	665	776	16,7%
MWh Contratado	1.752.210	1.654.916	1.694.250	-3,3%	3.194.441	3.349.166	4,8%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	257	195	216	-16,1%	592	411	-30,7%
MWh - Spot	299.980	339.138	394.951	31,7%	806.695	734.089	-9,0%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	21	22	22	4,3%	43	45	2,5%
MWh - Cotas	696.728	664.654	699.337	0,4%	1.353.444	1.363.991	0,8%
Custo Médio de Compra de Energia (R\$ / MWh)	233,3	227,9	224,3	-3,9%	242,9	226,1	-6,9%

2.6. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 2T15, a posição de energia contratada da CELPA para o período de 2015 a 2018 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-0, realizado em abril de 2014, A-1, realizado em dezembro de 2013 e 2014, A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2015	2016	2017	2018
Fonte Hídrica	3.948.286	4.152.449	4.302.147	4.743.746
Fonte Térmica	1.972.238	2.162.075	2.269.238	2.467.190
Cotas de Garantia Física	3.808.138	3.566.704	3.161.721	3.161.721
Outras Fontes	968.187	1.037.866	1.038.839	1.701.110
TOTAL - MWh	10.696.849	10.919.094	10.771.945	12.073.767

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 2T15, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 36,9%, influenciada principalmente: (i) pelo reajuste tarifário autorizado pela ANEEL de 34,96% (efeito médio percebido pelo consumidor) e aplicado pela Companhia a partir de 07 de agosto de 2014, (ii) início da aplicação das bandeiras tarifárias, e; (iii) Revisão Tarifária Extraordinária, aplicada a partir de mar/15. Já a Receita Líquida atingiu R\$1.020 milhões (R\$ 876 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), crescimento de 27,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, impactado pela formação de ativos regulatórios a serem transferidos à tarifa na próxima revisão (ago/15) da Companhia.

Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. Neste trimestre foram reconhecidos R\$144 milhões, ao passo que no 2T14 foram reconhecidos R\$181 milhões. Lembramos que, deste o 4T14, devido à assinatura do aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, ativos e passivos regulatórios líquidos passaram a ser reconhecidos nos resultados societários da Companhia.

ANÁLISE DA RECEITA	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.886.330	1.879.320	1.792.667	-5,0%	3.676.457	3.671.988	-0,1%
No. de Clientes**	2.105.752	2.213.216	2.240.759	6,4%	2.105.752	2.240.759	6,4%
KWh por Cliente (no período)	896	849	800	-10,7%	1.759	1.649	-6,2%
Receita Bruta de Fornecimento	815	1.089	1.116	36,9%	1.561	2.205	41,3%
Residencial	379	499	504	32,8%	724	1.003	38,5%
Industrial	111	157	158	43,2%	216	315	45,8%
Comercial	211	282	290	37,3%	402	572	42,2%
Outras Classes	124	160	172	39,2%	231	332	43,4%
(-) Ultrapassagem de demanda / reativo excedente	(10)	(8)	(8)	13,1%	(13)	(17)	-27,9%
Suprimento (R\$ MM)	9	9	1	-87,4%	36	10	-72,6%
Outras Receitas (R\$ MM)	62	64	62	1,2%	120	126	4,9%
Subvenção CDE	41	51	47	13,8%	80	98	22,7%
Uso da Rede	6	6	6	N/A	11	13	11,7%
Outras Receitas Operacionais	15	6	10	-36,7%	15	1	-95,1%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros		72	129	N/A	-	201	N/A
PIS e CONFINS sobre parcela A		(37)	-	N/A	-	(37)	N/A
Receita de Construção	181	180	144	-20,3%	306	324	6,0%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(268)	(391)	(433)	-61,6%	(519)	(824)	-58,8%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	799	985	1.020	27,7%	1.504	2.005	33,3%

3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 2T15, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$953 milhões (R\$ 876 milhões, desconsiderando os Custos de Construção). Grande parte do crescimento pode ser explicado por R\$ 44 milhões em baixas de ativos neste trimestre, reconhecidos na rubrica Outras Despesas Operacionais.

A partir deste ano, as despesas com compensações por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade passaram a ser reconhecidas dentro da rubrica Outros, quando anteriormente eram lançadas como Despesas Financeiras. No 2T15, este valor representou R\$ 11 milhões, sendo que no 2T14, foram reconhecidos R\$ 8 milhões dentro de Despesas Financeiras.

Em Outras Receitas/Despesas Operacionais, neste trimestre houve R\$ 44 milhões de despesa referente à Baixa de Ativos Imobilizados.

COMENTÁRIOS DE desempenho 2T15



R\$ MM	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Pessoal	39	39	34	-12,9%	77	73	-5,4%
Programa de participações no resultado - PPR	5	5	5	16,4%	9	11	14,3%
Material	6	1	2	-61,2%	10	3	-71,8%
Serviço de Terceiros	85	78	81	-5,3%	159	159	0,0%
Outros	8	(17)	25	202,5%	18	7	-58,6%
PMSO	138	101	142	2,5%	264	242	-8,3%
% Receita Líquida (s/ Rec Construção)	22%	13%	16%	-6,2 p.p.	44%	29%	-35,0%
PMSO por Consumidores (R\$/Cliente)	66	45,5	63,3	-3,7%	126	109	-14,0%
Provisões	12	23	23	92,9%	33	47	42,7%
PDD e Perdas	13	22	24	93,2%	35	47	34,6%
% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)	1,4%	1,9%	1,9%	0,4 p.p.	1,7%	1,7%	0 p.p.
Provisões para Contingências	(0,4)	1	(1)	-101,2%	(2)	(0)	89,9%
Provisão Plano de Pensão	-	-	-	N/A	-	-	N/A
Outras Receitas/Despesas Operacionais	7	23	42	498,6%	13	65	407,5%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	158	147	207	31,5%	310	354	14,3%
% Receita Líquida (c/ Receita de Construção)	20%	15%		-19,7 p.p.	41%	15%	-26,3 p.p.
% Receita Líquida (s/ Receita e sem custo de Construção)	25,5%	18,3%	23,6%	-1,8 p.p.	25,9%	21,1%	-4,7 p.p.
Energia Comprada e Transporte	557	539	575	3,2%	917	1.114	21,4%
Encargos Uso Rede e Conexão	19	25	31	64,0%	38	56	46,4%
Custo de Construção	181	180	144	-20,3%	306	324	6,0%
Subvenção CCC	(62)	(77)	(70)	-12,8%	(136)	(147)	-8,2%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	45	71	65	43,8%	126	136	8,2%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	740	738	746	0,7%	1.252	1.484	18,5%
% Receita Líquida (s/ Receita e s/Custo de Construção)	90,5%	69,3%	68,7%	-21,8 p.p.	79,0%	69,0%	-9,9 p.p.
TOTAL	898	885	953	6,1%	1.562	1.838	17,7%
Total (%Rec. Líq. c/ Rec Construção)	112%	90%	93%	-18,9 p.p.	207%	183%	-11,3%

3.3. EBITDA

No 2T15, o EBITDA Societário apresentado foi de R\$ 108 milhões, valor que já é impactado pela contabilização de ativos e passivos regulatórios líquidos (o que passou a ocorrer apenas a partir do 4T14) e pela mudança do reconhecimento das despesas com compensações pagas aos consumidores por descumprimento dos indicadores individuais de qualidade, que foi transferido da Despesa Financeira para a rubrica Outros dentro do PMSO, acima da linha de EBITDA.

Neste trimestre, ajustamos: (i) o estorno de algumas despesas com compra de energia que estavam sem a CVA correspondente (R\$ 9 milhões), e; (ii) no 3T14, foi registrada uma CVA referente ao ressarcimento pelo custo a maior de compra de energia junto a Eletronuclear, que vem sendo amortizada desde então, com impacto negativo de R\$ 4 milhões no trimestre.

Nos demais trimestres de 2014, fizemos o ajuste pró-forma de modo a considerarmos o EBITDA já impactado por essa transferência das compensações de qualidade. Considerando este ajuste, apresentamos crescimento de 4,5% de EBITDA ajustado no 2T15 comparado ao 2T14.

EBITDA (R\$ milhões)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Resultado do Serviço	(142)	125	30	N/A	(137)	155	N/A
Depreciação e Amortização	43	0	48	11,7%	79	48	-39,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	7	23	42	498,6%	13	65	407,5%
Compensações Indicadores de Qualidade	(8)	(26)	(11)	30,2%	(34)	(37)	8,8%
EBITDA Societário	(100)	123	108	N/A	(79)	231	N/A
Formação de Ativos Regulatórios	234	-	-	N/A	301	-	N/A
Atualização Monetária de Ativos/Passivos Regulatórios	(2)	-	-	N/A	(6)	-	N/A
EBITDA Regulatório	132	123	108	-17,8%	216	231	7,2%
Ajuste Compra de Energia	(22)	-	-	N/A	(41)	-	N/A
Ajuste Sistemas Isolados	(11)	-	-	N/A	(11)	-	N/A
Redução das Compensações (Plano de Transição)	-	(58)	-	N/A	-	(58)	N/A
Diferença Eletronuclear	-	4	4	N/A	-	8	N/A
Liminares sem CVA correspondente	-	15	(9)	N/A	-	6	N/A
EBITDA Regulatório Ajustado	99	84	103	4,5%	164	187	14,3%

3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 2T15, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido positivo em R\$578 milhões, versus um resultado negativo em R\$64 milhões no 2T14.

Neste trimestre, tivemos os seguintes impactos não recorrentes na Receita Financeira: (i) Ajuste a valor presente da dívida resultante do processo de Recuperação Judicial (encerrado em dez/14) da Companhia, cujo impacto foi de R\$ 401 milhões; (ii) Atualização do Ativo Financeiro da Concessão e VNR do ativo financeiro, cujo impacto total foi de R\$ 140 milhões; (iii) Atualização das Subvenções de CDE, cujo impacto foi de R\$ 25 milhões, e; (iv) Atualização do Saldo da Subrogação CCC, de R\$ 42 milhões.

R\$ MM	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Rendas financeiras	7	11	9	32,4%	15	20	32,2%
Juros ativos	(3)	2	1	N/A	5	3	-33,6%
Juros ativos CVA	-	11	11	N/A	-	22	N/A
Acréscimo moratório de venda de energia	10	32	32	215,5%	27	64	141,8%
Descontos obtidos	(4)	2	4	N/A	5	6	27,6%
Variações monetárias	20	23	85	326,0%	60	108	78,9%
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	46	N/A	20	46	131,9%
Ajuste do VNR do ativo financeiro	-	-	94	N/A	-	94	N/A
Atualização CDE	-	-	25	N/A	-	25	N/A
Atualização Subrogação	-	-	42	N/A	-	42	N/A
Ajuste de valor presente RJ	(22)	0	401	N/A	(22)	401	N/A
Operação de swap	3	129	(78)	N/A	4	51	1183,0%
Outras receitas	4	20	(20)	N/A	12	0	-99,9%
Receita Financeira Total	14	230	653	4570,9%	148	883	496,7%
Variações monetárias e cambiais	(6)	(175)	(62)	-875,3%	(35)	(237)	-583,5%
Encargos com parte relacionada	(1)	(15)	(15)	-976,9%	(1)	(29)	-2049,3%
Atualização de contingências	-	(5)	(4)	N/A	-	(9)	N/A
Encargos de dívidas	(31)	(21)	(21)	31,3%	(63)	(42)	33,1%
Juros, multas e atualizações s/operações com	-	(3)	(1)	N/A	-	(4)	N/A
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(8)	(0)	0	-101,9%	(34)	-	N/A
Multas Regulatórias	(1)	(1)	(6)	-517,9%	(1)	(7)	-603,1%
Multas moratórias e compensatórias	(4)	-	-	N/A	(4)	-	N/A
Ajuste a valor presente parcelamentos	20	(2)	(3)	N/A	(2)	(5)	-105,8%
Operações de swap	(19)	(52)	52	N/A	(41)	-	N/A
Juros passivos	(9)	(7)	(6)	30,7%	(23)	(13)	44,9%
Juros passivos CVA	-	(5)	(5)	N/A	-	(10)	N/A
Outras despesas	(17)	(8)	(4)	76,5%	(33)	(12)	63,0%
Despesa Financeira Total	(77)	(293)	(75)	3,8%	(238)	(368)	-54,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(64)	(63)	578	N/A	(90)	515	N/A

3.5. RESULTADO LÍQUIDO

No 2T15, a CELPA apresentou lucro societário de R\$ 451 milhões, versus prejuízo de R\$ 196 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Neste trimestre, ajustamos: (i) baixa de ativos de R\$ 44 milhões, decorrente do laudo de avaliação do processo de Revisão Tarifária da Companhia; (ii) ajuste a valor presente da dívida de longo prazo da Celpa, no valor de R\$ 407 milhões; (iii) atualização do Ativo Financeiro da Concessão e VNR do ativo financeiro, cujo impacto total foi de R\$ 94 milhões; (iv) atualização das Subvenções de CDE e CCC, cujo impacto combinado foi de R\$ 67 milhões, e (v) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no valor de R\$ 137 milhões.

Com estes ajustes, o lucro do trimestre atinge R\$ 65 milhões, crescimento de 228% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	(196)	36	451	N/A	(227)	487	N/A
Ativos e Passivos Regulatórios	232	-	-	N/A	295	-	N/A
Depreciação e Amortização	12	5	5	-59,4%	19	10	-48,0%
Compra de Energia + Sistemas Isolados	(28)	-	-	N/A	(44)	-	N/A
Redução das Compensações (Plano de Transição)	-	(49)	-	N/A	-	(49)	N/A
Liminares sem CVA correspondente	-	13	(8)	N/A	-	5	N/A
Diferença Eletronuclear	-	-	3	N/A	-	3	N/A
Baixa de Ativos	-	20	44	N/A	-	64	N/A
Ajuste VNR	-	(20)	-	N/A	-	(20)	N/A
Ajuste Depreciação e Amortização	-	(49)	-	N/A	-	(49)	N/A
Ajuste a Valor Presente (Dívida)	-	-	(407)	N/A	-	(407)	N/A
Atualização Ativo Financeiro	-	-	(94)	N/A	-	(94)	N/A
Atualização Encargos (CDE e CCC)	-	-	(67)	N/A	-	(67)	N/A
IRPJ / CSLL Diferido	-	-	137	N/A	-	137	N/A
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Ajustado	20	(44)	65	228%	43	21	-52%

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia até o 3T14. Entretanto, a partir do 4T14 estes valores voltaram a ser integralmente reconhecidos pelo IFRS devido à assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão das distribuidoras, assim como continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CELPA.

ATIVOS REGULATÓRIOS	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
Constituição CVAs	249.247	150.534	185.323	190.453	204.148
CCC	-	-	-	-	-
CDE	922	718	892	2.195	17.013
Proinfra	2.390	36	37	422	946
ESS	0	-	-	-	-
Rede Básica	6.454	5.804	7.748	9.807	11.838
Compra	239.481	143.976	176.646	178.029	174.351
Amortização CVAs	12.310	173.192	126.201	82.755	38.197
CCC	306	-	-	-	-
CDE	-	813	591	387	177
Proinfra	520	1.252	911	596	272
ESS	2	-	-	-	-
Rede Básica	8	6.425	4.678	3.062	1.406
Compra	11.474	164.702	120.021	78.710	36.342
Diferim.Repos.Tarifária	20.956				
Sobrecontratação	105.763	79.896	171.122	61.203	77.625
Outros Ativos Regulatórios	90.894	54.456	57.326	14.214	79.450
Outros	88.235	35.400	46.437	7.005	58.660
Garantia CCEAR	497	591	602	632	651
Exposição Financeira	65	4.087	-	-	17.269
Diferencial Eletronuclear	439	14.378	10.287	6.577	2.870
Bolha do Recálculo Financeiro	1.657	-	-	-	-
Diferimento gasto Manual/Control.patrimonial	-	-	-	-	-
Diferimento estorno crédito ICMS	-	-	-	-	-
Diferimento ICMS saídas isentas de óleo diesel	-	-	-	-	-
Saldo Final	479.169	458.078	539.972	348.625	399.420
PASSIVOS REGULATÓRIOS	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
Constituição CVAs	(6.583)	(39.381)	(103.420)	(136.621)	(178.035)
Compra de Energia	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-
ESS	(6.583)	(39.381)	(103.420)	(136.621)	(178.035)
Proinfra	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-
Amortização CVAs	(258)	(17.684)	(12.879)	(8.436)	(3.879)
Rede Básica	(222)	-	-	-	-
Compra de Energia	(3)	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-
CDE	(32)	(213)	(159)	(109)	(58)
ESS	-	(17.061)	(12.414)	(8.117)	(3.710)
Proinfra	(0)	(410)	(306)	(210)	(111)
Neutralidade Parc. A	(78)	(10.771)	(7.706)	(4.927)	(2.150)
Reembolso CCC	(1.388)				
Outros Ativos Regulatórios - Outros	(46.577)	(19.185)	(18.497)	15.518	(45.267)
Outros	(30.981)	(11.970)	(13.335)	(34.730)	(43.827)
Exposição Financeira	(14.914)	(7.215)	(5.162)	(3.300)	(1.440)
Sobrecontratação	(100)	-	-	53.548	-
RGR	(69)	-	-	-	-
Subvenção CDE	(514)	-	-	-	-
Saldo Final	(54.885)	(87.021)	(142.502)	(134.466)	(229.331)
Ativos / Passivos Reg. Líquidos	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
Ativos Regulatórios	479.169	458.078	539.972	348.625	399.420
Passivos Regulatórios	(54.885)	(87.021)	(142.502)	(134.466)	(229.331)
Ativo Regulatório Líquido	424.285	371.057	397.470	214.159	170.089

5. ENDIVIDAMENTO

No 2T15, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1.880 milhões, 18,6% inferior ao endividamento registrado ao final do 1T15, de R\$ 2.310 milhões. Cabe destacar que, neste trimestre, foi feito ajuste a valor presente na dívida novada no processo de Recuperação Judicial da Companhia, o que reduziu o endividamento da Companhia em R\$ 401 milhões, com impacto na Receita Financeira, conforme já comentado acima.

5.1. PERFIL DA DÍVIDA

Situação da Dívida Bruta

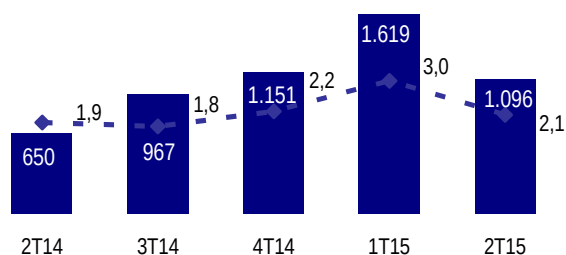
Vencimento	junho-15	%	Indexador	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	218	11,6%	Pré Fixado (US\$)	3,9%	jul/21	6,2	26,3%
Longo Prazo	1.662	88,4%	Libor Semestral	5,2%	abr/24	8,9	1,3%
2016	232	12,3%	Libor Trimestral	5,5%	fev/18	2,6	18,6%
2017	306	16,3%	Moeda Estrangeira	4,6%		4,8	46,1%
2018	89	4,7%	TJLP	8,8%	mar/21	5,8	10,0%
2019	55	2,9%	CDI	12,4%	abr/18	2,9	2,4%
Após 2019	980	52,1%	Pré fixado (R\$)	5,9%	jul/26	11,2	26,4%
TOTAL	1.880	100,0%	RGR	6,9%	mai/23	8,0	3,4%
			IGP-M	6,6%	set/34	19,5	5,8%
			TR - BNDES	8,5%	mai/21	6,0	6,0%
			Moeda Nacional	7,1%		9,9	53,9%
			TOTAL	5,9%		7,6	100,0%

Entendemos que o perfil de vencimentos da CELPA é confortável, apresentando um perfil de longo prazo. O custo médio da dívida atualmente está em 5,9%, equivalente a 50% do CDI dos últimos 12 meses.

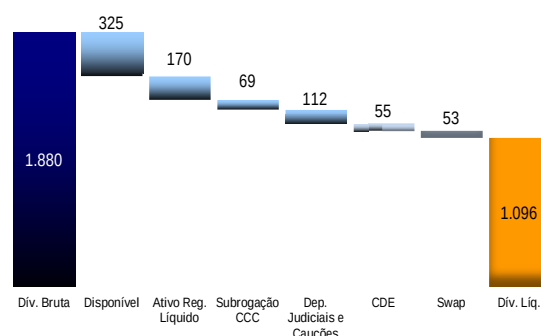
A dívida líquida, considerando as disponibilidades, os ativos regulatórios líquidos, a sub-rogação de CCC, CDE a receber, depósitos judiciais e cauções e o saldo líquido de swap para hedge da dívida em moeda estrangeira, atingiu o montante de R\$ 1.096 milhões no 2T15, equivalente a 2,1 vezes o EBITDA regulatório dos últimos 12 meses.

Após a reclassificação das dívidas da Recuperação Judicial (R\$ 703 milhões) para a rubrica Recuperação Judicial no passivo não circulante (até o trimestre anterior estava reconhecido em Empréstimos e Financiamentos), continuamos considerando este valor como parte da dívida bruta para efeito de cálculo do endividamento líquido e indicadores de alavancagem.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA Regulatório (Últ.12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)



6. INVESTIMENTOS

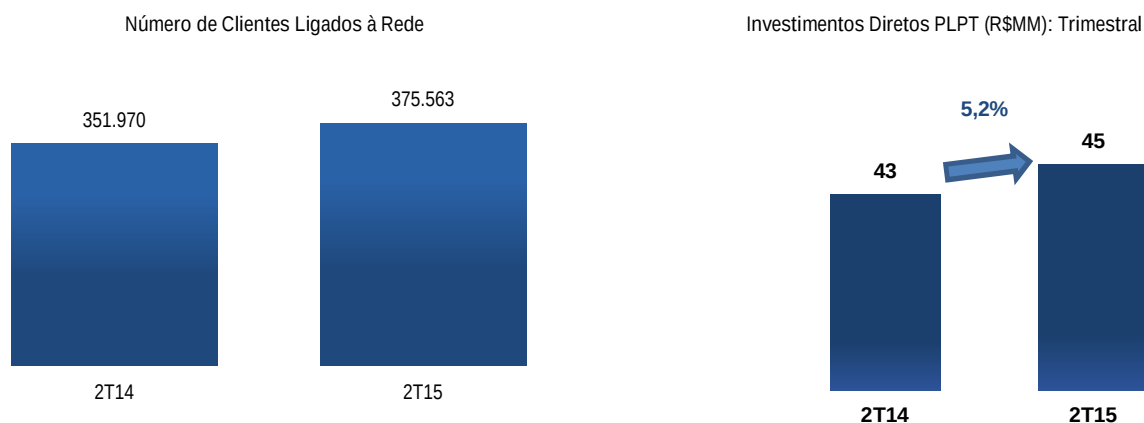
6.1. INVESTIMENTOS DA CELPA

	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
Manutenção da Rede	20	33	20	2%	33	53	58,7%
Expansão e Melhoria da Rede	70	143	60	-15%	125	203	61,8%
Equipamentos e Sistemas	14	12	12	-17%	30	23	-21,0%
Universalização	2	(7)	8	298%	3	1	-80,0%
Proj Espec - (Sub-rogação CCC)	24	(17)	0	-99%	40	(17)	-141,4%
Outros Investimentos	19	33	(15)	-180%	19	18	-5,2%
Total	149	196	85	-43,2%	250	280	12,1%

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$85 milhões no 2T15, representando redução de 43,2% em relação ao 2T14.

6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 2T15, foi alcançada a marca de 376 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,9 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 2T15, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$45 milhões.



EVENTOS SUBSEQUENTES

AUMENTO DE CAPITAL

Em reunião realizada em 16 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumento de capital de R\$ 597,2 milhões, mediante: (i) capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, que somam R\$ 306,0 milhões, e (ii) créditos detidos pela sua controladora, Equatorial Energia, em face da Companhia no valor atualizado de R\$ 291,2 milhões.

O capital social da Companhia passa a ser de R\$1.521,7 milhões, com a emissão de 301,6 milhões de novas ações, emitidas ao preço de R\$1,98 por ação. Após exercício do direito de preferência e rodada de sobras, a participação da Equatorial na Companhia passa a ser de 96,5%.

REVISÃO TARIFÁRIA

Em 04 de agosto, a Diretoria da ANEEL aprovou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Celpa, válida para o período de 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Destacamos o valor de Parcela B total, sem ajustes, de R\$ 1.309.990 mil, composto principalmente por Custos Operacionais anuais de R\$ 588.345 mil, Remuneração do Capital de R\$ 405.185 mil e Quota de Reintegração Regulatória de R\$ 178.066 mil, dentre outros. Após a consideração do índice de produtividade e a melhoria da qualidade entre 2013 e 2014, o valor final da Parcela B é de R\$ 1.296.911 mil.

Nesta mesma reunião, a ANEEL definiu em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da Celpa em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CELPA e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Thomas Newlands
Relações com Investidores

Renato Parentoni
Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607
E-mail: ri@CELPA.com.br
Website: www.CELPA.com.br

AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T14	1T15	2T15	Var.	1S14	1S15	Var.
RECEITA OPERACIONAL	1.067.023	1.376.260	1.453.164	36,2%	2.022.985	2.829.424	39,9%
Fornecimento de Energia Elétrica	856.376	1.175.600	1.292.165	50,9%	1.640.783	2.467.766	50,4%
Uso da Rede	5.608	6.497	6.262	11,7%	11.419	12.759	11,7%
Suprimento de Energia Elétrica	8.668	8.721	1.091	-87,4%	35.825	9.812	-72,6%
Receita de Construção	181.175	179.950	144.461	-20,3%	306.036	324.410	6,0%
Outras Receitas	15.195	5.492	9.186	-39,5%	28.922	14.677	-49,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(267.792)	(391.296)	(432.818)	-61,6%	(518.860)	(824.114)	-58,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	799.231	984.963	1.020.346	27,7%	1.504.124	2.005.310	33,3%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(756.870)	(744.023)	(750.402)	0,9%	(1.261.737)	(1.494.425)	-18,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(556.605)	(539.374)	(574.632)	-3,2%	(917.432)	(1.114.006)	-21,4%
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(19.090)	(24.700)	(31.309)	-64,0%	(38.269)	(56.009)	-46,4%
Custo de Construção	(181.175)	(179.950)	(144.461)	20,3%	(306.036)	(324.410)	-6,0%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(134.139)	(117.917)	(161.512)	-20,4%	(287.514)	(279.429)	2,8%
Pessoal	(39.112)	(39.012)	(34.061)	12,9%	(77.265)	(73.073)	5,4%
Material	(5.771)	(706)	(2.236)	61,2%	(10.450)	(2.943)	71,8%
Serviço de Terceiros	(85.345)	(78.321)	(80.800)	5,3%	(159.069)	(159.121)	0,0%
Outros	(8.168)	17.404	(25.438)	-211,4%	(17.650)	(8.034)	54,5%
PMSO	(138.396)	(100.635)	(142.536)	-3,0%	(264.433)	(272.552)	-3,1%
Subvenção CC C	61.676	77.168	69.551	12,8%	135.629	146.719	8,2%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(45.275)	(71.363)	(65.098)	-43,8%	(126.108)	(136.460)	-8,2%
Provisões	(12.144)	(23.088)	(23.428)	-92,9%	(32.602)	(46.516)	-42,7%
EBITDA	(91.778)	123.023	108.434	-218,1%	(45.127)	231.457	-612,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.990)	(23.339)	(41.843)	-498,6%	(12.844)	(65.182)	-407,5%
Depreciação e Amortização	(42.918)	(215)	(47.953)	-11,7%	(79.498)	(48.168)	39,4%
RESULTADO DO SERVIÇO	(141.685)	99.470	18.638	-113,2%	(137.468)	118.107	-185,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(63.505)	(62.717)	578.043	-1010,2%	(89.544)	515.326	-675,5%
Receitas Financeiras	57.676	280.919	691.956	1099,7%	191.669	972.875	407,6%
Despesas Financeiras	(121.182)	(343.636)	(113.912)	6,0%	(281.213)	(457.548)	-62,7%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(205.189)	36.753	596.682	-390,8%	(227.010)	633.434	-379,0%
Diferido	8.942	(841)	(145.554)	1727,7%	-	(146.395)	N/A
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(196.248)	35.912	451.127	-329,9%	(227.011)	487.039	-314,5%

ANEXO 2 – DRE REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	2T 14		2T14		2T 15		2T 15	
	Regulatório	Ajustes	Societário		Regulatório	Ajustes	Societário	
RECEITA OPERACIONAL	837.011	(230.012)	1.067.023		1.129.371	323.793	1.453.164	
Fornecimento de Energia Elétrica	819.592	(38.905)	858.496		1.119.095	179.332	1.298.427	
Suprimento de Energia Elétrica	(1.264)	(9.932)	8.668		1.091	-	1.091	
Receita de Construção	-	(181.175)	181.175		-	144.461	144.461	
Outras Receitas	18.683	(0)	18.684		9.186	-	9.186	
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(267.928)	(136)	(267.792)		(432.818)	-	(432.818)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	569.083	(230.148)	799.231		696.553	323.793	1.020.346	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(276.888)	462.285	(739.173)		(422.156)	(323.793)	(745.949)	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(48.406)	277.885	(326.291)		(574.632)	-	(574.632)	
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(15.864)	3.225	(19.090)		(13.877)	(17.432)	(31.309)	
Custos de Construção	-	181.175	(181.175)		-	(144.461)	(144.461)	
Recuperação de despesa (CDE)	(230.314)	-	(230.314)		161.901	(161.901)	-	
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	17.696	-	17.696		4.453	-	4.453	
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(151.835)	-	(151.835)		(165.963)	-	(165.963)	
Pessoal	(39.112)	-	(39.112)		(34.061)	-	(34.061)	
Material	(5.771)	-	(5.771)		(2.236)	-	(2.236)	
Serviço de Terceiros	(85.345)	-	(85.345)		(80.800)	-	(80.800)	
Provisões	(12.144)	-	(12.144)		(23.428)	-	(23.428)	
Outros	(9.464)	-	(9.464)		(25.438)	-	(25.438)	
EBITDA	140.360	232.137	(91.778)		108.434	(0)	108.434	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.996)	2.993	(6.990)		(41.831)	13	(41.843)	
Depreciação e Amortização	(31.177)	11.741	(42.918)		(43.191)	4.762	(47.953)	
RESULTADO DO SERVIÇO	105.186	246.871	(141.685)		23.412	(4.774)	18.638	
RESULTADO FINANCEIRO	(64.806)	(1.300)	(63.505)		457.442	120.602	578.044	
Receitas Financeiras	59.328	1.651	57.676		571.354	120.602	691.956	
Despesas Financeiras	(124.133)	(2.952)	(121.182)		(113.912)	-	(113.912)	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	40.381	245.571	(205.190)		480.854	115.828	596.682	
Contribuição Social	2.369	-	2.369		(9.032)	-	(9.032)	
Imposto de Renda	6.574	-	6.574		(35.188)	-	(35.188)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	49.323	245.571	(196.248)		335.300	(115.828)	451.127	

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
CIRCULANTE	1.494.014	1.686.002	2.106.537	1.804.985	1.873.451
Caixa e equivalentes de caixa	191.955	139.001	54.210	156.295	10.313
Investimentos de curto prazo	230.403	184.320	506.473	154.080	314.220
Contas a receber de clientes	609.602	752.104	807.309	884.856	960.834
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros			204.441	109.068	49.480
Estoques	22.112	22.149	16.703	18.667	13.065
Impostos e contribuições a recuperar	71.011	69.063	70.200	72.274	72.637
Impostos sobre o lucro a recuperar	22.171	24.939	26.964	20.701	28.495
Aquisição de combustível - conta CCC	205.813	199.979	236.701	230.545	219.383
Depósitos Judiciais	553	595	595	523	721
Serviços pedidos	94.996	73.810	65.426	72.688	92.253
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.033	64.553	-	-
Recuperação de custo de energia e encargos	-	154.102	-	35.062	64.486
Outros Créditos a Receber	45.398	43.907	52.962	50.226	47.564
NÃO CIRCULANTE	3.465.106	3.606.787	3.937.855	4.207.143	4.297.077
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.251.959	1.323.962	1.647.332	1.911.331	2.022.952
Contas a receber de clientes - LP	60.578	89.787	116.021	132.279	149.071
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros			229.796	105.092	100.625
Impostos e contribuições a recuperar LP	51.839	63.199			
Impostos sobre o lucro a recuperar	32.823	35.240	36.238	37.379	37.882
Instrumentos financeiros derivativos NC	-	6.445	232	112.772	116.043
Impostos e contribuições a recuperar			60.985	61.626	57.089
Depósitos judiciais NC	101.067	104.248	127.141	131.930	137.761
Ativo financeiro da concessão	750.721	776.721	909.817	1.184.280	1.293.633
Sub-rogação da CCC	188.774	178.568	113.255	82.544	69.244
Outros créditos a receber - LP	66.157	69.754	53.847	63.429	61.604
PERMANENTE	2.213.147	2.282.825	2.290.523	2.295.812	2.274.125
Investimentos	7.042	6.996	6.885	6.842	6.800
Intangível	2.206.105	2.275.829	2.283.638	2.288.970	2.267.325
TOTAL DO ATIVO	4.959.120	5.292.789	6.044.392	6.012.128	6.170.528

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T14	3T14	4T14	1T15	2T15
CIRCULANTE	1.603.194	1.878.996	2.281.761	1.625.819	1.735.829
Fornecedores	695.315	720.330	828.442	675.689	667.212
Folha de pagamento e provisão de férias	27.886	35.243	43.960	32.749	31.293
Empréstimos e Financiamentos	394.512	613.524	713.576	158.950	218.428
Derivativos	11.092			40.635	62.807
Taxas regulamentares a pagar	668				
Impostos e contribuições a recolher	187.159	182.905	172.391	134.601	155.232
Partes relacionadas	1.366	26.971	225.019	255.584	286.886
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética	63.723	69.561	55.017	58.989	52.153
Indenizações trabalhistas	20				
Recuperação judicial	81.260	86.978	79.631	77.745	97.539
Outras contas a pagar	140.193	143.484	163.725	190.877	164.279
NÃO CIRCULANTE	2.882.861	2.729.878	3.034.194	3.621.960	2.622.007
Empréstimos e financiamentos - LP	1.291.193	1.250.891	1.536.608	2.150.823	958.459
Derivativos LP	7.779				
Impostos e contribuições a recolher - LP	261.330	228.065	76.330	69.772	64.222
Imposto de renda e contribuição social diferidos					136.522
Provisão para contingências	259.225	184.755	184.311	189.042	186.503
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética LP	63.107	64.840	86.869	89.322	92.032
Partes relacionadas - LP	536.270	522.097	343.076	323.975	6.777
Adiantamento para futuro aumento de capital			306.000	306.000	-
Plano de aposentadoria e pensão	25.533	25.533	47.768	47.768	47.768
Recuperação judicial - LP	291.916	270.388	256.230	236.498	907.983
Outras contas a pagar - LP	146.508	183.309	197.002	208.760	221.741
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.065	377.915	728.437	764.349	1.812.692
Capital Social	924.524	924.524	924.524	924.524	1.521.740
Reserva de reavaliação	236.091	221.108	211.401	190.314	184.643
Outros resultados abrangentes	(4.291)	(4.291)	(15.148)	(15.148)	(15.148)
Lucros/Prejuízos Acumulados	(989.259)	(763.426)	(392.340)	(335.341)	121.457
Patrimônio líquido antes dos recursos p/futuro aumento de capital	167.065	377.915	728.437	764.349	1.812.692
Recursos destinados p/aumento de capital	306.000	306.000	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.959.120	5.292.789	6.044.392	6.012.128	6.170.528